

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO, PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO  
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM  
REDE NACIONAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ

ANA CLAUDIA FIGUEIREDO MARTINS PENHA

**IMPLANTAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E ATUAÇÃO DO NÚCLEO DE  
ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS  
ESPECÍFICAS DO INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ**

SANTANA - AP

2021

ANA CLAUDIA FIGUEIREDO MARTINS PENHA

**IMPLANTAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E ATUAÇÃO DO NÚCLEO DE  
ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS  
ESPECÍFICAS DO INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, *Campus* Santana, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. David Figueiredo de Almeida

SANTANA - AP  
2021

Biblioteca Institucional - IFAP  
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

P399i Penha, Ana Claudia Figueiredo Martins  
Implantação, organização e atuação do Núcleo de Atendimento às Pessoas  
com Necessidades Educacionais Específicas do Instituto Federal do  
Amapá / Ana Claudia Figueiredo Martins Penha - Santana, 2021.  
74 f.: il.

Dissertação (Mestrado) -- Instituto Federal de Educação, Ciência e  
Tecnologia do Amapá, Campus Santana, Curso de Mestrado em Educação  
Profissional e Tecnológica, 2021.

Orientador: Dr. David Figueiredo de Almeida.

1. Educação especial. 2. Inclusão escolar. 3. NAPNEs. I. Almeida, Dr.  
David Figueiredo de, orient. II. Título.

ANA CLAUDIA FIGUEIREDO MARTINS PENHA

**IMPLANTAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E ATUAÇÃO DO NÚCLEO DE  
ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS  
ESPECÍFICAS DO INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, *Campus Santana*, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 27 de setembro de 2021

**COMISSÃO EXAMINADORA**

Prof. Dr. David Figueiredo de Almeida  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá  
Orientador

Prof. Dr. Cleber Macedo de Oliveira  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá

Prof. Dr. Roni Ivan Rocha de Oliveira  
Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

ANA CLAUDIA FIGUEIREDO MARTINS PENHA

**NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES  
EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS DO INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ:**

organização, memórias e inclusão

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, *Campus* Santana, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 27 de setembro de 2021.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

Prof. Dr. David Figueiredo de Almeida  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá  
Orientador

Prof. Dr. Cleber Macedo de Oliveira  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá

Prof. Dr. Roni Ivan Rocha de Oliveira  
Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

Dedico a toda minha família, em especial ao meu amado filho Elias  
(*In memoriam*)

## AGRADECIMENTOS

Gratidão a Deus, por ter me concedido saúde e forças ao longo dessa jornada.

Aos familiares e amigos pelo incentivo, carinho e compreensão. O apoio de vocês foi fundamental para conclusão dessa etapa tão importante da minha vida.

Agradeço aos orientadores que tive ao longo do mestrado, professores Haroldo Ripardo e David Almeida pelas valiosas contribuições.

Aos professores e colegas do curso do mestrado ProfEPT do Ifap *Campus* Santana, pelos momentos de compartilhamento de conhecimentos e experiências.

Agradeço à Elisângela Braulio, à professora Maria de Nazaré Amorim, Ricardo Aires, Adriana Ribeiro, Vera Lúcia Nobre, Marianise Paranhos e Adam Sousa, por todo apoio.

Aos participantes da pesquisa pela disponibilidade em participar deste estudo. Ao Ifap e a todos que direta ou indiretamente contribuíram para concretização desta pesquisa.

## RESUMO

Este estudo foi realizado durante o mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), no Instituto Federal do Amapá (Ifap). Inserido na linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), buscou-se por meio deste, compreender sobre a implantação, a organização e atuação dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEs) do Ifap *Campi* Macapá e Laranjal do Jari. Para tanto, realizou-se um estudo de caso com abordagem qualitativa, em que foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os coordenadores e ex-coordenadores dos Núcleos e análise documental. O tratamento das informações coletadas foi realizado com base na análise de conteúdo, e a análise dos dados teve como fundamentação teórico-metodológica algumas ferramentas da teoria Ator-Rede. A partir do estudo foi possível perceber alguns procedimentos e dificuldades para implantação dos Núcleos. Nota-se que em comparação aos anos iniciais, os dois NAPNEs estão melhores estruturados. Ambos possuem uma organização definida, regulamentada institucionalmente. Observa-se também que, a atual configuração dos Núcleos é resultado de um processo de associação/interação, ocorrido ao longo dos anos entre diferentes atores (humanos e não humanos), os quais tiveram papéis importantes para implantação, organização e atuação dos referidos Núcleos, entre eles: Portarias, Resoluções, gestores, professores, estudantes, espaço físico, mobiliários e demais recursos. Quanto a sua atuação, conclui-se que, os NAPNEs analisados têm papel importante na formação dos estudantes com NEEs, pois buscam promover uma cultura inclusiva, através de diversas ações como o atendimento educacional especializado (AEE), cursos, orientações e eventos. Contudo, vale destacar que, não é papel exclusivo do NAPNE promover a inclusão, mas de todos que fazem parte da Instituição e da sociedade de forma geral. Nesse sentido, elaboramos a partir dos achados da pesquisa e outros referenciais, um produto educacional (cartilha em formato *Portable Document Format* – PDF), que contém informações sobre os Núcleos, dicas e curiosidades. Esperamos que esse produto e a presente pesquisa possam colaborar com a inclusão e com a divulgação do trabalho dos referidos Núcleos, assim como contribuir com discussões e reflexões sobre a relevância social desse espaço pedagógico na EPT, a partir do enfoque da teoria Ator-Rede, com a qual se buscou demonstrar que as ações relativas à implantação, organização e atuação dos NAPNEs não estão restritas aos atores humanos, mas sim a atores heterogêneos, os quais são igualmente importantes para formação de uma rede inclusiva.

Palavras-chave: Educação especial. Inclusão escolar. NAPNEs. Teoria Ator-Rede (TAR).



## ABSTRACT

This study was conducted during my master's degree in Professional and Technological Education ProfEPT), at the Federal Institute of Amapá (Ifap). Pertaining to the line of research Organization and Memories of Pedagogical Spaces in Professional and Technological Education (EPT), the study sought to comprehend the implementation, organization and practice of the Service Group for People with Specific Educational Needs (NAPNEs) of Ifap in the campuses of Macapá and Laranjal do Jari. For such, a case study was conducted with qualitative approach, for which semi-structures interviews were made with the coordinators and former coordinators of the Service Groups and documental review. The treatment of the information collected was based on content analysis and data analysis was theoretically and methodologically supported by some tools of the Actor-Network theory. The study allowed to perceive some procedures and difficulties in implementing the Service Groups. It is noted that, in comparison with the early years, the two NAPNEs are better structured. Both have a defined organization, institutionally regulated. It can also be observed that the current configuration of the Service Groups results from a process of association/interaction taking place along the years among different actors (human and non-human), who have played important roles in implementing, organizing and operating the mentioned Service Groups, including: Ordinances, Resolutions, managers, teachers, students, physical space, furnishings, and other resources. Regarding the way they operate, conclusion is that the NAPNEs analyzed play a key role in the education of students with Specific Educational Needs, as they seek to promote an inclusive culture by means of several actions such as the specialized educational service (AEE), courses, guidance, and events. However, it should be noted that it is not the exclusive role of NAPNE to promote inclusion, it must be done by all those who are part of the Institution and of society at large. In this regard, drawing from the findings of the research and other references, an educational product was designed (a primer in *Portable Document Format* – PDF), which contains information about the Service Groups, tips, and curiosities. It is expected that this product and this research may cooperate to enhance inclusion and to disseminate the mentioned Service Groups, as well as to contribute with discussions and reflections on the social importance of this pedagogical space in Professional and Technological Education, based on the framework of the Actor-Network theory, here utilized to demonstrate that the actions associated with the implementation, organization and practice of the NAPNEs are not limited to human actors, but rather heterogenous actors who are equally important to build an inclusive network.

Keywords: Special education. School inclusiveness. NAPNEs. Actor-Network Theory (ANT).

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado  
CAAE – Certificado de Apresentação de Apreciação Ética  
CAE – Coordenação de Assistência ao Estudante  
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CEB – Câmara de Educação Básica  
CEFETs – Centros Federais de Educação Tecnológica  
CNE – Conselho Nacional de Educação  
CONEP – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa  
CONSUP – Conselho Superior  
EPT – Educação Profissional e Tecnológica  
IBC – Instituto Benjamin Constant  
IF – Instituto Federal  
IFAP – Instituto Federal do Amapá  
IN – Instrução Normativa  
INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos  
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais  
MEC – Ministério da Educação e Cultura  
NAPNE – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas  
NEEs – Necessidades Educacionais Específicas  
PAEE – Público-alvo da Educação Especial  
PcD – Pessoa (s) com Deficiência  
PDF – *Portable Document Format*  
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional  
ProfEPT – Programa de pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica  
RFEPCT – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica  
SEESP – Secretaria de Educação Especial  
SEMTEC – Secretaria de Educação Média e Tecnológica  
SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
TEC NEP – Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais

## SUMÁRIO

	<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	11
<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	15
<b>2.1</b>	<b>Trajetória das pessoas com deficiência: da exclusão à inclusão</b> .....	15
<b>2.2</b>	<b>Marcos político-legais da educação especial e inclusiva no Brasil</b> .....	15
<b>2.3</b>	<b>Educação especial e inclusiva na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica</b> .....	16
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	19
<b>3.1</b>	<b>Caracterização da pesquisa</b> .....	19
<b>3.2</b>	<b>Local da pesquisa</b> .....	19
<b>3.3</b>	<b>Participantes da pesquisa</b> .....	19
<b>3.4</b>	<b>Aspectos éticos</b> .....	19
<b>3.5</b>	<b>Coleta de dados</b> .....	20
<b>3.6</b>	<b>Procedimentos para análise dos dados</b> .....	21
<b>3.7</b>	<b>Teoria Ator-Rede de Bruno Latour</b> .....	21
<b>4</b>	<b>ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	23
<b>4.1</b>	<b>Implantação, organização e atuação dos NAPNEs Ifap</b> .....	23
<b>4.2</b>	<b>NAPNE e educação inclusiva no Ifap: percepções e perspectivas dos entrevistados</b> .....	31
<b>4.3</b>	<b>Atores na formação da rede inclusiva dos NAPNEs dos <i>Campi Macapá e Laranjal do Jari</i></b> .....	33
<b>5</b>	<b>PRODUTO EDUCACIONAL</b> .....	35
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	37
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	38
	<b>APÊNDICE A - Produto Educacional</b> .....	42
	<b>APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre Esclarecido</b> .....	67
	<b>APÊNDICE C - Roteiro de Entrevista Coordenador/a do NAPNE</b> .....	69
	<b>APÊNDICE D – Avaliação Prévia da Cartilha do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) Ifap</b> .....	71
	<b>APÊNDICE E – Avaliação da Cartilha do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) Ifap</b> .....	73

## APRESENTAÇÃO

O tema inclusão sempre me despertou interesse. Por conta disso, iniciei minha trajetória no mestrado ProfEPT, com a intenção de investigar algo relacionado à educação inclusiva e ao meu campo de trabalho, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

A partir de buscas a respeito do tema, identifiquei alguns estudos que me chamaram atenção, por trazerem em seu bojo discussões sobre o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), um espaço pedagógico que começou a ser implantado nas instituições federais de EPT, com a criação do Programa Educação Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (TEC NEP). Entre esses estudos destaco a dissertação “A Educação Especial nos Institutos Federais: o que dizem os Planos de Desenvolvimento Institucionais?” (ROCHA, 2016), a tese “Educação Especial Inclusiva nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia Brasileiros” (MENDES, 2017), e a dissertação “Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas: obstáculos e superações no Instituto Federal Goiano” (BORGES, 2019).

Nesse âmbito, a presente pesquisa visa aprofundar questões relativas ao NAPNE abordadas nesses estudos, nos *campi* do Ifap Macapá e Laranjal do Jari, em especial sobre a implantação dos Núcleos e as dificuldades que cada *campus* encontrou nesse processo, os atores envolvidos, assim como compreender sobre a atual organização e atuação de ambos os Núcleos. Isso através de uma abordagem ainda não utilizada, a da teoria Ator-Rede, que parte do princípio de que as redes são constituídas pela interação de atores humanos e atores não humanos.

O interesse pela presente pesquisa surgiu de leituras iniciais sobre o tema, em especial das pesquisas citadas, a partir das quais vi a possibilidade de contribuir com a divulgação do trabalho realizado pelos NAPNEs do Ifap. Portanto, a partir dos achados da pesquisa foi construída uma cartilha em formato digital que trata sobre a criação, a organização e atuação dos Núcleos do Ifap *Campi* Macapá e Laranjal do Jari, além de trazer algumas indicações que podem colaborar com a inclusão do público-alvo da educação especial.

Inserida na linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), vinculada ao macroprojeto 6: organização de espaços pedagógicos na EPT, esta pesquisa buscou compreender sobre a implantação, a organização e atuação dos NAPNEs do Ifap *Campi* Macapá e Laranjal do Jari.

Quanto à estrutura, essa dissertação apresenta-se em formato artigo. Sendo assim, esse estudo é organizado em seções. Na introdução apresenta-se o problema, os objetivos e a justificativa da pesquisa. O referencial teórico traz abordagens que auxiliam na compreensão

do contexto de implantação dos NAPNEs nos Institutos Federais, a saber: concepções que marcaram a trajetória das pessoas com deficiência em direção ao atual cenário da educação especial na perspectiva inclusiva, políticas públicas sobre educação especial e inclusiva, a educação especial e inclusiva na RFEPCCT a partir do Programa TEC NEP.

Na seção da metodologia, apresentam-se os procedimentos metodológicos adotados para a realização desta pesquisa, contendo a caracterização, local, participantes, aspectos éticos, coleta, procedimentos para análise dos dados, e uma breve apresentação da Teoria Ator-Rede (TAR), que fundamentou a análise dos dados.

Posteriormente, tem-se a análise dos dados, com a apresentação dos resultados e análises dos dados coletados através de entrevistas semiestruturadas e documentos institucionais. Contempla também a apresentação do produto educacional no que concerne a sua elaboração, aplicação e avaliação. Na sequência, as considerações finais, nas quais se apresenta a síntese dos resultados da presente pesquisa, seguida das referências e apêndices.

## 1 INTRODUÇÃO

Estudos apontam que a educação especial na perspectiva inclusiva começou a ganhar impulso no Brasil a partir da década de 1990, com a influência de documentos internacionais na formulação das políticas públicas, entre eles a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990), a Declaração de Salamanca (1994) – que traz em seu bojo o princípio da escola inclusiva – e a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, promulgada no Brasil por meio do Decreto 6.949/2009 (PAVEZI; MAINARDES, 2018).

No contexto da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), o marco da política de inclusão foi o Programa TEC NEP, implementado no ano 2000, a partir do qual as instituições da RFEPCT começaram a criar os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNEs).

Após buscas no catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), observaram-se pesquisas recentes de mestrado e doutorado que discutem a política de inclusão no âmbito da EPT a partir da criação do Programa TEC NEP. Entre essas destacamos: “A Educação Especial nos Institutos Federais: o que dizem os Planos de Desenvolvimento Institucionais?” (ROCHA, 2016), “Educação Especial Inclusiva nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia Brasileiros” (MENDES, 2017), e “Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas: obstáculos e superações no Instituto Federal Goiano” (BORGES, 2019), que apontam, respectivamente: a dificuldade para localizar documentos sobre a implantação e organização dos NAPNEs, configuração de movimentos distintos em relação às práticas de atendimento pedagógico e a estruturação dos Núcleos e a distinção quanto à implantação, gestão e funcionamento dos NAPNEs nos Institutos Federais (IFs).

Tais apontamentos suscitaram o interesse por uma investigação mais detalhada sobre os NAPNEs no Ifap. Surgiram, então, alguns questionamentos que conduziram aos seguintes problemas de pesquisa: como ocorreu o processo de implantação? Como são a organização e a atuação dos NAPNEs do Ifap *Campi* Macapá e Laranjal do Jari? Para tanto, buscamos investigar como se deu a implantação dos referidos Núcleos; descrever suas formas de organização e atuação; verificar as atividades que desenvolvem para promoção da educação inclusiva no Ifap e identificar atores e suas ações no âmbito da implantação e organização dos NAPNEs.

Partimos do pressuposto de que houve dificuldades para a implantação dos Núcleos. Contudo, acredita-se que se encontram melhores estruturados com organização definida quanto a estrutura, equipe e atividades.

Diante do exposto acreditamos que esta pesquisa poderá colaborar com a divulgação do trabalho realizado pelos NAPNEs dos referidos *campi* do Ifap, bem como contribuir com discussões e reflexões sobre a relevância social desse espaço pedagógico na EPT, a partir do enfoque da teoria Ator-Rede, com a qual se visou demonstrar que as ações relativas à implantação, organização e atuação dos NAPNEs não estão restritas aos atores humanos, mas sim atores heterogêneos, os quais são igualmente importantes para formação de uma rede inclusiva.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Trajetória das pessoas com deficiência: da exclusão à inclusão**

A trajetória das pessoas com deficiência (PcD) é marcada por diferentes concepções. Sasaki (2012) explica essa trajetória em quatro etapas: a exclusão (da antiguidade até o século XIX, onde prevaleceu o modelo de rejeição social), a segregação (a partir de 1910, com um modelo assistencialista), a integração (início dos anos 1940, onde surgiu o modelo médico da deficiência) e a inclusão (a partir da década de 1990, conhecido como modelo social da deficiência).

Na etapa da integração, as pessoas reabilitadas que demonstrassem capacidade conseguiam ser matriculadas em escolas comuns ou admitidas no mercado de trabalho (SASSAKI, 2012). No campo educacional “Os movimentos em favor da integração de crianças com deficiência surgiram nos Países Nórdicos, em 1969, quando se questionaram as práticas sociais e escolares de segregação [...]” (MANTOAN, 2003, p. 15). No Brasil, essa concepção se fortaleceu na década de 1980, período em que as escolas especiais preparavam os estudantes para serem integrados em escolas regulares (PEREIRA, 2017).

Ao contrário da concepção de integração, na concepção inclusiva é a escola que deve se ajustar às necessidades dos estudantes (MANTOAN, 2003). Nota-se uma importante mudança de paradigma que busca romper com a exclusão que se manifestou de diferentes formas na vida das pessoas com deficiência ao longo da história. Vale ressaltar que a concepção de educação inclusiva considera o direito de todos estarem e aprenderem juntos no contexto escolar independentemente de suas características, seja público-alvo ou não da educação especial (MANTOAN, 2003; MENDES, 2017).

As mudanças de concepções sobre as PcD refletiram em diversos campos da sociedade, dos quais se destaca nesta pesquisa o da educação, conforme será discutido no próximo *item*, que trata sobre alguns dispositivos legais que buscam a garantia de direitos à educação.

### **2. 2 Marcos político-legais da educação especial e inclusiva no Brasil**

Atualmente, existem no Brasil vários dispositivos legais que buscam garantir direitos historicamente negados às PcD. A Constituição Federal de 1988 garante a educação como um direito de todos, estabelecendo igualdade de condições de acesso e permanência – art. 205 e 206 (BRASIL, 1988).



Na atual LDB 9.394/1996 a educação especial ganhou um capítulo específico que apresenta mais detalhes sobre sua oferta. Destaca que a educação especial é uma modalidade de educação escolar que deve ser ofertada preferencialmente nas escolas regulares de ensino para estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento, com altas habilidades ou superdotados. O artigo 59, inciso IV, da referida Lei, expõe que os sistemas de ensino assegurarão a educação especial para o trabalho, visando à integração das pessoas com deficiência na vida em sociedade (BRASIL, 1996).

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB Nº. 2/2001) também contribuem ao propor orientações para a organização dos sistemas de ensino ao afirmar que estes “[...] devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos” (BRASIL, 2001, p. 1). Nesse processo de transformações conceituais, políticas e filosóficas se destaca a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que defende o direito de todos os estudantes aprenderem juntos sem discriminação.

Também temos o Decreto 7.611/2011 que trata sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado, enfatizando a garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, assim como a Lei Brasileira de Inclusão 13.146 de 2015, que assegura educação, direito ao trabalho, à saúde, à moradia, à previdência, à cultura, ao esporte, lazer entre outros direitos fundamentais para a inclusão das pessoas com NEEs na vida em sociedade.

Nesse contexto de políticas públicas dá-se início ao Programa TEC NEP na RFEPCT, o qual possibilitou algumas ações como a formação de profissionais e a criação dos NAPNEs, como abordaremos a seguir.

### **2.3 Educação especial e inclusiva na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**

A RFEPCT passou por várias mudanças ao longo de sua existência. No início do século XX, o viés assistencialista de atendimento a menores órfãos e abandonados deu lugar a uma preocupação maior com a preparação de operários, que culminou em 1909 com a criação das Escolas de Aprendizizes Artífices, pelo então presidente Nilo Peçanha (RAMOS, 2014).

Anos depois, com a Lei n.º 378/1937, as Escolas de Aprendizizes Artífices são transformadas em Liceus destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e graus, os quais, posteriormente, foram transformados em Escolas Industriais e Técnicas por meio do

Decreto n.º 4.127/1942. Em 1959, essas Escolas são transformadas em autarquias denominadas Escolas Técnicas Federais que, por sua vez, em 1978, começaram a ser transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), através da Lei n.º 6.545, de 30 de junho (BRASIL, [2009?]; BORGES, 2019).

Em 2008, a Lei 11.892 de 29 de dezembro institui a RFEPCT e cria os Institutos Federais mediante integração e transformação de Escolas Técnicas Federais, Agrotécnicas e Centros Federais de Educação Tecnológica (BRASIL, 2008).

Como resultado do processo de transformação na concepção de educação e a partir do surgimento de políticas públicas para educação especial iniciou-se no ano 2000, na RFEPCT, a discussão a respeito da política de inclusão, pela institucionalização do Programa TEC NEP que, posteriormente, após a Portaria n.º 29/2010<sup>1</sup> da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC) passou a ser denominada Ação Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Específicas – Ação TEC NEP (MENDES, 2017).

O TEC NEP teve como objetivo possibilitar o acolhimento de pessoas com NEEs, sua permanência e a promoção da saída com êxito, possibilitando o acesso ao mundo do trabalho e sua emancipação social e profissional. A partir desse Programa, as instituições da RFEPCT começaram a criar os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas, denominados NAPNEs (NASCIMENTO; FARIA, 2013).

De acordo com Nascimento e Faria (2013) – Nascimento, à época, era membro da Gestão Central do TEC NEP –, os trabalhos do TEC NEP iniciaram com uma pesquisa que identificou algumas instituições da Rede que já trabalhavam com cursos voltados para PcD. Em seguida foram realizadas algumas reuniões de trabalho com diversas instituições, a partir das quais surgiram parcerias, entre elas com INES e com o IBC.

Os autores também apresentaram três momentos das ações delineadas para o TEC NEP. No primeiro, de 2000 a 2003, de Mobilização e sensibilização, foi realizada uma oficina com o objetivo de mobilizar as instituições da Rede Federal quanto à inclusão das pessoas com NEEs em seus projetos políticos pedagógicos. Além desse, outros quatro eventos que ocorreram dentro desse período.

O segundo momento, de 2003 a 2006, se refere à consolidação dos grupos gestores com representantes das extintas Secretarias de Educação Média e Tecnológica (Semtec) e de Educação Especial (Seesp), assim como a definição de cinco polos com gestores regionais

---

<sup>1</sup> Publicada no Diário Oficial da União de 26/02/2010, Seção 2, página 18, disciplinou a forma de operacionalização da Ação TEC NEP, designou grupos gestores e suas incumbências.

(Região Norte: Cefet/PA; Região Nordeste: Cefet/RN; Região Centro-Oeste: Cefet/MT; Região Sudeste: Cefet/MG e Região Sul: Cefet/SC). Foi nesse período que começaram a criar NAPNEs e as estratégias para implantação da Ação TEC NEP no âmbito das instituições da RFEPCT.

O terceiro momento, de 2007 a 2009, se destaca pela formação de recursos humanos e uso de tecnologia assistiva. Foram ofertados alguns cursos, com destaque para o curso de Especialização em Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva em parceria com a SETEC, o então Cefet Mato Grosso, o INES e o IBC. De acordo com Nascimento e Faria (2013, p. 22), “Não houve tempo para a implementação do Momento 4, que seria a instrumentalização dos NAPNEs (com recursos multifuncionais e formação de RH) para um melhor atendimento. A Setec extinguiu a Coordenação de Ações Inclusivas em junho de 2011.”

Segundo Florindo, Nascimento e Silva (2013), o fim da Coordenação de EPT Inclusiva propiciou uma quebra das ações de inclusão da Ação TEC NEP por parte da SETEC. Contudo, esses autores afirmam que, mesmo sem uma atuação plena do MEC/SETEC, a RFEPCT, através dos NAPNEs e congêneres, escolheu seguir adiante.

### **3 METODOLOGIA**

#### **3.1 Caracterização da pesquisa**

Esta pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa que, segundo Yin (2016), é guiada por um desejo de explicar os acontecimentos através de conceitos existentes ou emergentes; além disso, utiliza múltiplas fontes de evidências, algo que traz confiabilidade ao estudo.

Quanto ao tipo, caracteriza-se como um estudo de caso, o qual, segundo Triviños (1987), é um estudo descritivo que fornece o conhecimento aprofundado de uma determinada realidade.

#### **3.2 Local da pesquisa**

A pesquisa foi realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP), nos *Campi* Macapá e Laranjal do Jari, localizados nos municípios de Macapá e Laranjal do Jari, no Estado do Amapá. A escolha desses locais se deu em razão dos referidos *campi* terem sido os primeiros a implantar seus NAPNEs. Assim, o relato dessas experiências poderá nortear a implantação e organização de Núcleos em outros *campi* do Ifap.

#### **3.3 Participantes da pesquisa**

Participaram da pesquisa coordenadores e ex-coordenadores dos NAPNEs, incluindo uma amostra de cada Núcleo dos *Campi* Macapá e Laranjal do Jari, totalizando quatro entrevistados, os quais atuaram nos Núcleos pelo período entre um ano e meio e cinco anos. Para resguardar a identidade dos entrevistados, nessa pesquisa utilizamos nomes fictícios: Petúnia, Jasmim, Violeta e Açucena.

#### **3.4 Aspectos éticos**

Em observância aos aspectos éticos, esta pesquisa foi cadastrada na Plataforma Brasil (parecer favorável CAAE n.º 36658820.0.0000.0001). Segue as recomendações estabelecidas na Resolução n.º 466/2012 e n.º 510/2016 do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). De tal modo, após convite e demais esclarecimentos, os colaboradores aceitaram participar da pesquisa conforme o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B).

### 3.5 Coleta de dados

De acordo com Yin (2016), na pesquisa qualitativa a tendência é escolher as amostras de forma intencional com o propósito de selecionar unidades específicas que possam gerar dados relevantes sobre o tema de estudo.

A partir dos pressupostos da teoria Ator-Rede de Bruno Latour (2012), decidimos seguir os coordenadores, por considerarmos atores centrais, isto é, aqueles que em razão da função de gestores do Núcleo realizam articulação com vários outros atores, o que lhes possibilita ter acesso a várias fontes de informações. Martins (2011, p. 238) acrescenta que “[...] Os atores “centrais” possuem elevada quantidade de associações com outros atores na rede [...]” Diante disso, foram definidos critérios de inclusão para seleção dos atores da pesquisa, os quais deveriam ser coordenadores ou ex-coordenadores dos NAPNEs, titulares da função nomeados por Portaria Institucional.

Como principal instrumento de coleta de dados foi utilizado o roteiro de entrevista semiestruturada (Apêndice C) e, de forma complementar, alguns documentos institucionais (Resolução de Regulamentação dos NAPNEs do Ifap, organogramas dos *campi* e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), no qual contém o Projeto Pedagógico Institucional, que norteará as ações de ensino, pesquisa e extensão).

Para Triviños (1987), a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam com a pesquisa. Já a pesquisa documental tem como fonte os documentos em sentido amplo (SEVERINO, 2013).

O roteiro da entrevista foi validado por meio do teste preliminar, com uma participante com características semelhantes aos colaboradores finais da pesquisa. Conforme Lakatos e Marconi (2003), o pré-teste poderá evidenciar possíveis falhas ou necessidades de ajustes no roteiro. Vale destacar que os dados coletados nessa etapa não foram utilizados na pesquisa. Porém, a aplicação do pré-teste foi fundamental, pois possibilitou o reordenamento e a reformulação de algumas perguntas do roteiro da entrevista.

Após ajustar o roteiro, realizamos as entrevistas entre novembro e dezembro de 2020. Para tanto, em razão das normas de segurança decorrentes da pandemia da Covid-19, o pré-teste e as entrevistas finais ocorreram através do *google meet* e duraram em média 45 minutos. O registro dos dados foi realizado através de gravação do áudio e transcrição das entrevistas, sendo divulgados apenas os dados resultantes da pesquisa.

### 3. 6 Procedimentos para análise dos dados

A organização e interpretação dos achados da pesquisa foram inspiradas na análise de conteúdo que, segundo Bardin (1977), consiste em um conjunto de técnicas para análise de comunicação.

Do conjunto proposto pela autora optou-se pela análise categorial, que consiste em desmembrar o texto em unidades e categorizar segundo reagrupamento analógico. Foram realizadas as seguintes etapas: **pré-análise** (leitura flutuante: primeiro contato para conhecer os materiais coletados, escolha dos documentos e a preparação do material); **exploração do material** (estudo do material e administração das técnicas, na qual foi realizada a codificação, ou seja, os dados brutos foram recortados e transformados em unidades; como unidade de registro optou-se pelo tema, uma unidade de significação que serve de guia à leitura) e **tratamento dos resultados e interpretação** (nesta fase buscou-se compreender o conteúdo das mensagens das entrevistas). A compilação dos dados ocorreu no *Word* (componente do pacote *Office* da *Microsoft Corporation*).

A análise teve como fundamento teórico-metodológico alguns conceitos relacionados à teoria Ator-Rede (TAR) de Bruno Latour, pois buscou rastrear pistas dos atores entrevistados a fim de compreender sobre a implantação, organização e atuação dos NAPNEs. Essa abordagem incorporada na pesquisa contribuiu para identificação e reflexão sobre o papel dos diferentes atores na construção de uma cultura inclusiva. Antes de apresentar os resultados da pesquisa, faremos a seguir uma breve explanação acerca da TAR.

### 3.7 Teoria Ator-Rede de Bruno Latour

Em contraposição à “sociologia do social”, Bruno Latour propõe a “sociologia das associações”, denominada Teoria Ator-Rede (TAR). Nessa proposta, o autor destaca que o “social” não se refere a uma coisa entre outras, mas sim a uma conexão. Além de Latour, outros teóricos como Michel Callon, John Law e Madelaine Akrich também contribuíram para o desenvolvimento dessa abordagem teórica.

Latour (2012) explica que a TAR se originou da necessidade de uma teoria ajustada aos estudos da ciência e da tecnologia. Ao contrário da sociologia do social, “a TAR e seus seguidores defendem uma sociologia de fenômenos não exclusivamente voltada para o humano, onde humanos e os adventos dos avanços tecnológicos se relacionam em um processo de interação, simétricos.” (BORGES *et al.*, 2020, p. 247). Nesse sentido, na concepção da

TAR, humanos e não humanos assumem lugar de importância na análise do social. Portanto, as “redes” são resultados da interação/conexão entre esses diferentes atores. Vale destacar que rede não é concebida como uma estrutura, um local, mas como um conceito que se refere ao movimento das associações que formam o social (OLIVEIRA; PORTO, 2016).

Além disso, para Latour, qualquer coisa que modifique uma situação pode ser considerada um ator, conforme mostra ao ilustrar situações em que a introdução de objetos pode fazer a diferença nas tarefas, como: pregar um prego com ou sem martelo, ou ferver água com ou sem panela. Esses exemplos mostram que, ao invés de intermediários que apenas transportam significado sem transformar, os objetos também podem desempenhar papel de mediadores, isto é, “[...] transformam, traduzem, distorcem e modificam o significado ou os elementos que supostamente veiculam.” (LATOUR, 2012. p. 65). Ou seja, na concepção da TAR as coisas não humanas também são dotadas de ação.

Latour também destaca que não há grupos, mas formações de grupos, isto é, há um movimento contínuo de associação entre os atores na rede. Nesse sentido, a TAR compreende que “[...] se você parar de fazer e refazer grupos parará de ter grupos [...]” (LATOUR, 2012, p. 60). O autor nos leva a compreender que a formação de grupos deixa pistas. Desse modo, buscamos seguir as pistas de coordenadores e ex-coordenadores dos NAPNEs do Ifap *Campi* Macapá e Laranjal do Jari, a fim de obter informações sobre as questões suscitadas na presente pesquisa.

Assim, a partir da leitura minuciosa e codificação das entrevistas, os temas abordados foram classificados e agrupados em categorias de análise (rubricas ou classes que reúnem grupos de elementos agrupados em razão de características comuns), as quais consideraram os objetivos da pesquisa, conforme são apresentadas a seguir.

## 4 ANÁLISE DOS DADOS

### 4.1 Implantação, organização e atuação dos NAPNEs Ifap

Nesta categoria descrevemos e analisamos os seguintes temas: procedimentos para a implantação do NAPNE no Ifap, demandas para educação inclusiva no Ifap, dificuldades para promover a inclusão de pessoas com NEEs no Ifap, infraestrutura e composição (equipe), atuação e memórias dos NAPNEs *Campi* Macapá e Laranjal do Jari.

Em razão de sua autonomia, os IFs apresentam distinções quanto ao processo de implantação e organização dos NAPNEs (BORGES, 2019). Diante disso, buscamos compreender como ocorreu a implantação e organização dos referidos Núcleos no Ifap. Petúnia, uma das entrevistadas que atuou como coordenadora nos primeiros anos da criação dos NAPNEs, relatou que os Núcleos dos *Campi* Macapá e Laranjal do Jari foram implantados em fevereiro de 2011. Ela ressaltou: “[...] foi criado a partir de um evento que o TEC NEP ainda organizou com a professora Nazaré. [...]. Então a gente tem essa criação e implantação a partir de uma Portaria [...]”.

O evento, a que se refere Petúnia, se trata do primeiro Encontro de Educação Inclusiva do Ifap que ocorreu nos dias 17 e 18 de fevereiro de 2011, no Centro de Educação Profissional Graziela Reis de Souza e contou com a participação do Reitor em exercício do Ifap, o professor Harim Revorêdo, os gestores do Tec Nep Franclin Nascimento (gestor central), professora Maria de Nazaré Amorim (gestora estadual no Amapá), Dalmir Pacheco (gestor estadual no Amazonas), educadores e representantes de entidades de apoio às pessoas com NEEs. Durante o evento ocorreu a implantação dos NAPNEs e designação das coordenadoras através de Portarias (IFAP, 2011). Conforme informações das primeiras coordenadoras, no *Campus* Macapá a implantação se deu através da Portaria n.º 114, e no *Campus* Laranjal do Jari pela Portaria n.º 115, ambas de 17 de fevereiro de 2011.

Além disso, Açucena lembrou que alguns servidores participaram de um evento em Brasília, a fim de compreender sobre o Programa TEC NEP e trazer informações para estruturar o NAPNE no Ifap.

De acordo com Nascimento e Faria (2013), os NAPNEs foram criados no âmbito interno das instituições federais como principal locus de atuação do processo de inclusão. Nesse sentido, compreende-se que, além de ser um marco importante, a implantação dos Núcleos reforça o compromisso da RFEPCT com a educação inclusiva.



Ainda relacionado à implantação, as entrevistadas Petúnia e Açucena destacaram que já havia demandas de estudantes com NEEs. Segundo Petúnia, o Ifap começou a atender turmas a partir de 2010 em um local provisório; a primeira turma de formação técnica teve um estudante com autismo no *Campus Macapá*.

Açucena relatou que em 2012 o *Campus Laranjal do Jari* recebeu os dois primeiros estudantes surdos. Contudo, ressaltou que não havia estrutura para os acolher. Segundo ela, “[...] no momento a gente ficou assim meio que sem saber o que fazer. [...] então a estratégia que nós utilizamos junto à direção-geral foi contratar uma tradutora [...].”

Além das demandas de estudantes com NEEs, também havia de servidores. Na época, no *Campus Macapá*, uma professora cadeirante e uma técnica cega. Petúnia ressaltou que: “[...] todas essas pessoas também foram orientando a gente, fazendo-nos pensar que inclusão era essa que nós estávamos construindo.”

A partir das memórias dos atores entrevistados nota-se que o Ifap começou a receber estudantes com NEEs logo no início de suas atividades de ensino. Nesse contexto, já existiam várias normativas legais que preconizavam a inclusão no contexto escolar. A RFEPCT, também buscou acompanhar as mudanças que ocorriam na sociedade. Conforme Nascimento e Faria:

A exclusão educacional, gerada historicamente pela desigualdade social, impedia o ingresso de pessoas com necessidades específicas em cursos técnicos e tecnológicos das instituições de educação profissional. Desde o processo seletivo até a infraestrutura instalada, tudo favorecia a reprodução da exclusão e da injustiça social. A institucionalização, em 2000, de uma Política de Inclusão a partir da Ação TEC NEP (então “Programa TEC NEP”) possibilitou a quebra desse paradigma e, com a desmistificação do atendimento a esse público-alvo, nossas instituições se tornaram mais humanizadas. (NASCIMENTO; FARIA, 2013, p. 14).

O paradigma da inclusão trouxe à tona a necessidade de adequação das instituições de ensino, a fim de garantir o direito de todos à educação. A implementação do Programa TEC NEP foi bastante significativa, haja vista que buscou preparar a RFEPCT para o acolhimento dos estudantes com NEEs. Contudo, ao questionarmos os entrevistados, percebemos que muitos desafios ainda são encontrados para promover a inclusão de pessoas com NEEs. Foi possível notar nos relatos das entrevistadas Petúnia e Açucena algumas dificuldades para a implantação dos referidos Núcleos, como a falta de espaço próprio, profissionais, materiais e de formação dos profissionais.

Os coordenadores que atuaram nos anos iniciais da criação dos NAPNEs em ambos os *campi* também relataram dificuldades quanto à adesão voluntária. Açucena disse que teve dificuldades para atrair atores para equipe do Núcleo no *Campus Laranjal do Jari*, pois o trabalho era voluntário, o que muitos entendiam como uma tarefa a mais, outros participavam,

entretanto, não davam continuidade nas ações. Petúnia disse que atuou voluntariamente no *Campus* Macapá, e ressaltou que “[...] coordenações voluntárias são difíceis, uma vez que você tem que fazer todas as suas tarefas e também coordenar o setor [...].”

De acordo com organogramas disponíveis no *site* do Ifap, somente a coordenação do NAPNE Macapá atua com função gratificada (função de confiança-FG, que se submete a regime de dedicação integral), a do *Campus* Laranjal do Jari ainda atua sem FG (IFAP, 2021). Como veremos adiante, o NAPNE é um setor com variadas atribuições. De tal modo, pensamos que seria necessária dedicação integral dos coordenadores para poderem realizar com exclusividade as atividades do setor.

No *Campus* Laranjal do Jari, Violeta declarou que encontrou dificuldades para garantir a inclusão das pessoas com NEEs com questões atitudinais por parte de alguns docentes. Relatou: “[...] eu tive que conversar com alguns professores principalmente da área técnica, que foi o que eu mais senti distanciamento deles. Após meses dentro da Instituição e conversando, eles conseguiram compreender o processo de inclusão [...].”

Ao compararmos os relatos sobre as dificuldades e desafios encontrados no início da implantação com as dificuldades do período da pesquisa, notamos que a necessidade de profissionais para a equipe e a formação dos profissionais é comum a ambos os *campi*. Essa realidade também foi constatada em NAPNEs de outros IFs, por Rosa (2011) e Mendes (2017).

Quanto à organização, a Resolução n.º 21/2020 CONSUP/IFAP, que aprova a Reformulação do Regulamento dos NAPNEs do Ifap, descreve que:

O NAPNE é o núcleo de assessoramento, propositivo e consultivo, e encontra-se vinculado na Reitoria, à Pró-Reitoria de Extensão, com articulação das Pró-Reitorias de Ensino e Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação. E em cada campus, ligado diretamente à Direção-Geral, conectado com os demais setores dos campi com vista a uma política inclusiva devendo atender aspectos que promovam ações afirmativas e de apoio aos setores administrativos e pedagógicos para àqueles que necessitam de atendimento educacional especializado e específico. (IFAP, 2020, s/página).

Portanto, o NAPNE, em articulação com os demais setores, atua na promoção de ações inclusivas. Para melhor compreensão, buscamos descrever como os NAPNEs do Ifap *Campi* Macapá e Laranjal do Jari se organizam em termos de infraestrutura, equipe e atividades. Petúnia, uma das primeiras coordenadoras, relatou que quando a Portaria de implantação foi emitida ainda não havia estrutura: “[...] essa Portaria diz que se criam os NAPNEs voltados para educação inclusiva, mas a gente ainda não tinha uma estrutura [...], a estrutura foi sendo criada ao longo dos anos.”

Conforme a entrevistada, no primeiro ano da implantação começou a se pensar na organização do NAPNE em termos de frentes de ação relacionada à adaptação de espaço,

formação de pessoal e a possibilidade de atendimento a estudantes. Além disso, mencionou que não havia uma equipe exclusiva para atuar no NAPNE. O setor contava com o apoio da equipe da Coordenação de Assistência ao Estudante (CAE).

No *Campus* Laranjal do Jari a situação era parecida. Açucena disse: “[...] a gente não tinha espaço físico, no início, bem no início, mas o NAPNE atuava junto com a CAE [...]. Então, os profissionais da CAE eles eram também responsáveis pelo NAPNE. A gente utilizava a estrutura da CAE para atender o NAPNE. [...]” Como se observa, em ambos os *campi* não havia espaço exclusivo para os Núcleos. Os primeiros atendimentos eram realizados na estrutura da CAE. Considera-se que o mais adequado seria ter espaço próprio, porém, essa realidade pode ser justificada, pois a Instituição ainda estava no início de sua implantação, portanto, também estava se estruturando.

Em comparação com os anos iniciais da implantação, nota-se que os NAPNEs dos dois *campi* estão melhores estruturados. No período dessa pesquisa (ano 2020), Jasmim relatou que o Núcleo do *Campus* Macapá possuía duas salas (uma para atividade administrativa e outra para os atendimentos), três professoras que acompanhavam os estudantes com NEEs, uma assistente administrativa, um intérprete de Libras e um revisor de texto Braille. Sobre o *Campus* Laranjal do Jari, Violeta contou que o NAPNE tinha sala, computadores, cadeiras giratórias e mesa para atendimento dos estudantes.

Em termos de equipe, ao contrário do *Campus* Macapá, o NAPNE do *Campus* Laranjal do Jari não tem um quadro específico para o setor. A coordenadora (que também é professora de educação especial e inclusiva) conta com uma equipe multidisciplinar de apoio formada por servidores de outros setores, estudantes com NEEs, responsáveis dos estudantes atendidos, que entram em ação quando há reuniões para tratar algum caso específico.

Quanto à organização e funcionamento, todos os NAPNEs do Ifap são regulamentados pela mesma Resolução. Identificamos a Resolução n.º 27/2015/CONSUP/IFAP, reformulada pela Resolução n.º 21/2020 CONSUP/IFAP. Esta última elucida que os Núcleos são compostos por um coordenador, uma equipe multidisciplinar (com docentes das áreas técnicas pedagógicas, assistência estudantil, saúde), profissionais externos e parceiros. Bem como os especificados na Lei n.º 13.146/15 (Art.28 inciso XI) e na resolução n.º04, de 2 de outubro de 2009. Esclarece também que a comunidade interna e externa é formada por discentes, responsável de estudante atendido pelo Núcleo e representantes da comunidade interna e externa a convite da Direção-Geral (IFAP, 2020).

Nota-se que os NAPNEs vêm buscando contemplar a composição definida na Resolução. Porém, ainda há carência de profissionais para as equipes, como disseram os entrevistados

Jasmim (*Campus* Macapá) e Açucena (*Campus* Laranjal do Jari), que frisou: “[...] ainda falta, a gente só tem uma única professora de educação inclusiva [...]”. Além disso, comentou que a vaga para tradutor/intérprete de Libras não foi preenchida no último concurso público (ano 2016).

A composição da equipe do NAPNE remete a formação de grupos que, na concepção de Latour (2012), não são fixos, pois as conexões entre os atores são temporárias. No contexto do Núcleo, diversas questões podem levar à perda do agrupamento e gerar uma redefinição da rede, como a mudança de servidor para outro *Campus* ou contratações provisórias. Essas associações temporárias podem gerar fragilidades, como trabalho assistemático e descontínuo, “[...] sem a possibilidade de criar condutas institucionais para ao atendimento que venham a se configurar como institucionalizadas.” (MENDES, 2017, p. 105).

Todos os entrevistados avaliaram positivamente a estrutura física dos NAPNEs e dos *campi*. Mas, apontaram a necessidade de melhorias para atender os estudantes com NEEs. No *Campus* Laranjal do Jari, Violeta relatou que ainda falta a cobertura da área que segue até o ginásio e acessibilidade para deslocamento até o segundo piso. Já no *Campus* Macapá, falta mais uma sala para atendimento individual, como disse Jasmim.

Petúnia relatou que demorou um pouco para haver adequações no *Campus* Macapá, como o piso tátil. Destacou ainda que a plataforma de acessibilidade às vezes não funciona por conta da queda de energia. Ressaltou o seguinte: “[...] acho que a gente já desenvolveu bastante, mas é algo que é processual, vai precisar ser visto o tempo todo [...]”. Como o *Campus* Macapá não dispõe de rampa para acesso ao segundo piso, é necessária atenção contínua quanto à manutenção da plataforma de acessibilidade, a fim de garantir a inclusão.

A Resolução n.º 21/2020 CONSUP/IFAP, reforça que o Núcleo deverá dispor de infraestrutura necessária conforme as normativas legais para promoção de acessibilidade. Como vimos, no início da implantação dos NAPNEs ainda não havia nenhuma estrutura para sua instalação. Tanto em Laranjal do Jari quanto em Macapá as atividades de ensino do Ifap funcionavam em prédios provisórios. Em comparação com os anos iniciais é possível notar que já ocorreram alguns avanços relacionados à infraestrutura do NAPNE.

Vale destacar que, além da acessibilidade arquitetônica, outras formas de acessibilidade também precisam ser observadas para promoção da educação inclusiva. Sasaki (2005) elenca seis dimensões da acessibilidade, sendo elas: a arquitetônica (sem barreiras físicas), comunicacional (sem barreiras na comunicação), metodológica (sem barreiras nos métodos de educação), instrumental (sem barreiras nos instrumentos), programática (sem barreiras nas políticas públicas) e atitudinal (sem preconceitos, estigmas e discriminações).

Nesse sentido, as salas, piso tátil, portas adequadas, banheiros adaptados, mesas, cadeiras e demais equipamentos citados pelos entrevistados são atores essenciais para a acessibilidade arquitetônica. Já os cursos de Libras ofertados em ambos os *campi*, por exemplo, são importantes para a acessibilidade comunicacional.

Ao investigarmos sobre a forma de atuação do NAPNE, constatamos que tem como algumas de suas atribuições:

- I. Identificar as necessidades educacionais específicas dos discentes;
- II. Planejar cronograma de atendimento aos alunos com necessidades específicas;
- III. Participar da tomada de decisões e operacionalização de assuntos concernentes:
  - a) à quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais;
  - b) ao atendimento de pessoas com necessidades educacionais específicas nos *campi*;
  - c) à promoção de eventos, atividades e cursos que envolvam a sensibilização e capacitação de servidores, discentes e comunidade em geral;
  - d) à educação para as práticas inclusivas em âmbito institucional.
- IV. Articular com os setores da Instituição as diversas atividades relativas à inclusão, definindo prioridades de ações, aquisição de equipamentos, *software* e material didático-pedagógico a ser utilizado nas práticas educativas;
- V. Prestar assessoramento aos dirigentes dos *campi* em questões relativas à inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas;
- VI. Participar das políticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão para compor o planejamento da instituição de modo a atender às pessoas com necessidades educacionais específicas; (IFAP, 2020, s/página).

Quando questionados sobre as atividades que os NAPNEs desenvolvem, tanto os entrevistados que atuaram nos anos iniciais quanto os do período da pesquisa relataram diferentes formas de atuação do Núcleo. Em ambos os *campi* desenvolvem atividades variadas como: atendimento e acompanhamento dos estudantes com NEEs, cursos, eventos de educação inclusiva e orientação aos docentes. Açucena relatou que no *Campus* Laranjal do Jari sempre são realizadas ações de divulgação do trabalho do NAPNE, em especial nos eventos, algo que, segundo ela, é muito importante, pois têm estudantes que não sabem que o Ifap dispõe de um Núcleo de atendimento para o público-alvo da educação especial.

Petúnia reforçou que o NAPNE não realiza só o atendimento aos estudantes. Contou que o Núcleo busca formação para professores, atua no processo seletivo para melhor atender aos discentes, elabora recurso educacional, a exemplo de uma cartilha direcionada aos docentes, com orientações sobre atividades pedagógicas para os estudantes com NEEs.

Observa-se que os Núcleos buscam realizar suas atividades de forma contínua, a exemplo do curso de Libras que, segundo Violeta, é ofertado três vezes ao ano no *Campus* Laranjal do Jari. No *Campus* Macapá, Jasmim destacou que ao assumir a coordenação já havia atividades de caráter permanente e que estas são organizadas em um plano de ação que

a cada ano é atualizado. O mesmo destacou o carnaval da inclusão que foi acrescentado em 2020 e os cursos de formação continuada a professores. Além disso, todos os entrevistados destacam que os NAPNEs buscam se envolver em todos os eventos do Ifap.

Mantoan (2003) argumenta que a inclusão exige mudanças na escola e no ensino nela ministrado. Nesse âmbito, os NAPNEs são espaços/atores importantes no processo de transformações, pois, como vimos, buscam promover práticas inclusivas, que podem contribuir para a entrada, permanência, saída exitosa dos discentes, bem como para a sensibilização da comunidade. Ou seja, buscam promover as várias dimensões de acessibilidade elencadas por Sassaki (2005).

Quanto ao público-alvo atendido pelo NAPNE, os entrevistados elencam que são: estudantes com deficiência, transtorno do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação. Petúnia ressaltou que o Núcleo também fez outras ações voltadas para questões étnico-racial e de gênero. Contudo, esclarece “[...] prioritariamente o NAPNE atende a pessoas com necessidades educacionais específicas [...]” Mendes (2017, p. 15) explica que:

[...] A ideia de “ampliação” do público atendido na rede federal pode ser inclusive notada, pela opção por denominar os núcleos de acessibilidade previstos no Decreto 7.611/2011, em sua maioria, como “Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas”, sendo que a legislação nacional se refere às pessoas público-alvo da Educação Especial como pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NEE).

Pode-se dizer que os NAPNEs do Ifap atendem um público bem mais abrangente, visto que, além do atendimento aos estudantes, realizam outras atividades como orientações aos docentes, cursos e eventos para comunidade interna e externa.

Em ambos os *campi* os Núcleos buscam identificar os estudantes que serão atendidos ainda na etapa do processo seletivo ou no ato da matrícula. Além disso, Jasmim também relatou serem realizadas entrevistas com a equipe multidisciplinar e com a família.

Petúnia esclarece: “[...] já tinha uma sistemática de identificar, tentar identificar no processo seletivo todos os alunos com deficiência que entraram [...] e na semana pedagógica já tenta apresentar aos professores a lista dos alunos com as deficiências [...]” Contudo, nem sempre conseguiam identificar, já que alguns discentes com NEEs não se autodeclaravam.

Após a identificação, os coordenadores repassam os dados dos estudantes que possuem NEEs com orientações aos docentes da sala de aula regular. Açucena relatou que essa prática é recente no *Campus* Laranjal do Jari, inclusive citou uma Instrução Normativa

(IN) que trata sobre o plano educacional individualizado (PEI) dos estudantes com NEEs<sup>2</sup>. De acordo com essa IN, a identificação dos estudantes com NEEs poderá ocorrer no ato da matrícula, de forma espontânea (pelo estudante ou família) ou por identificação (quando os servidores perceberem algum indício). Além disso, a IN destaca que o PEI deverá ser construído de forma colaborativa, entre NAPNE, Setor Pedagógico, Assistência Estudantil e corpo docente do curso que o estudante ingressou (IFAP, 2019).

Os atendimentos ocorrem conforme as demandas e necessidades dos discentes com NEEs, visto que nem todos necessitam de AEE. Em ambos os *campi* o atendimento e acompanhamento é realizado pelos professores da educação especial e inclusiva e, conforme Açucena, “[...] dependendo da situação outros profissionais eram chamados para estarem ali no momento do atendimento para ouvir o aluno, ouvir as necessidades [...]”

Quando questionados de que forma o NAPNE trabalha junto aos docentes da sala de aula regular, os entrevistados mencionam ações voltadas à orientação, acompanhamento e oferta de cursos. Junto a essa atuação, tanto os coordenadores que atuaram nos anos iniciais da implantação dos Núcleos quanto os mais recentes percebem questões relacionadas à falta de formação inicial e continuada por parte de alguns docentes.

Fortes (2017) destaca que a formação inicial e continuada é imprescindível no processo inclusivo, haja vista que “[...] o professor pode tornar-se um dos multiplicadores dos princípios que regem a inclusão não apenas no campo das ideias, mas também em termos práticos, em sala de aula por meio de atitudes inclusivas. [...]” (FORTES, 2017, p. 167).

Sobre a atuação do NAPNE, observa-se que o Ifap vem buscando fomentar a cultura inclusiva. A instituição iniciou as suas atividades de ensino a partir do segundo semestre de 2010 e no início de 2011 oficializou a implantação dos NAPNEs nos *Campi* Macapá e Laranjal do Jari. Além disso, estabelece no PDI (2019-2023) que a inclusão é um de seus princípios norteadores.

Em fevereiro de 2021 os NAPNEs dos referidos *campi* completaram dez anos de implantação no Ifap. Durante esse tempo já realizaram várias atividades que ficaram marcadas na memória dos entrevistados. Petúnia (*Campus* Macapá) mencionou o Projeto intitulado “Aprendendo com a diversidade”, que visava realizar formação com os estudantes do primeiro ano do ensino médio. Para Jasmim foi o carnaval inclusivo que aconteceu em 2020 no *Campus*

---

<sup>2</sup> Instrução Normativa n.º 3/2019 que regulamenta os fluxos e procedimentos de identificação, acompanhamento e realização do plano educacional individualizado (PEI) dos estudantes com necessidades educacionais específicas Ifap – *Campus* Laranjal do Jari. (IFAP, 2019).

Macapá. Já Violeta mencionou que marcou bastante o ingresso de uma aluna, no *Campus Laranjal do Jari*, com paralisia cerebral. Açucena relatou os seminários, cursos e eventos.

Foi possível identificar que os NAPNEs desenvolvem várias atividades para promoção da educação inclusiva no Ifap que são fundamentais para fortalecimento da rede, visto que proporcionam diversas associações entre diferentes atores que podem cada vez mais disseminar a cultura da inclusão.

#### **4.2 NAPNE e educação inclusiva no Ifap: percepções e perspectivas dos entrevistados**

Nesta categoria tratamos sobre: a percepção dos entrevistados sobre suas experiências na coordenação do NAPNE; papel do NAPNE na formação dos estudantes com NEEs e suas perspectivas para educação inclusiva no Ifap.

Jasmim contou que achava sua experiência como coordenador do NAPNE espetacular. Os demais afirmaram ser desafiadora, a exemplo de Violeta que declarou que “Ser coordenadora do NAPNE não é fácil porque a inclusão ainda está sendo implantada [...] é um processo lento. Então os desafios são muito grandes [...]”

Diante da afirmação de Violeta compreendemos que algumas mudanças ainda são necessárias para garantir a inclusão. Nesse sentido, Mantoan (2003) propõe algumas tarefas como: recriar o modelo educativo com ensino voltado para todos; reorganização pedagógica das escolas com espaços de cooperação, diálogo, solidariedade, criatividade e criticidade dos funcionários e estudantes; garantia de tempo e liberdade para os estudantes aprenderem e formação continuada; e valorização do professor.

Quanto ao papel do NAPNE para formação dos estudantes com NEEs, os entrevistados destacaram: acompanhar e dar suporte aos estudantes, orientar os professores e sensibilização junto à comunidade.

Acreditamos que as atividades que os NAPNEs desenvolvem em ambos os *campi* contribuem com a formação dos discentes com NEEs. Apesar disso, vale ressaltar que o papel do NAPNE não substitui o do docente da sala de aula regular. Cabe ao Núcleo contribuir nas ações acima expostas pelos entrevistados e as elencadas na Resolução 21/2020 CONSUP/IFAP com vistas à quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais, a fim de que toda comunidade contribua com a inclusão.

Questionamos também quais as perspectivas dos entrevistados para a educação inclusiva no Ifap. Petúnia avaliou que, apesar de as instituições federais terem enfrentado dificuldades na implantação dos NAPNEs, havia nesse período uma política que avançava



quanto à educação especial e inclusiva. Argumentou que considera um retrocesso o novo Decreto sobre a educação especial. A mesma revelou que tinha a perspectiva do direito, pois a educação não é um favor, mas sim um direito.

O relato da entrevistada traz à tona a discussão sobre o Decreto n.º 10. 502<sup>3</sup> publicado em 30 de setembro de 2020, que trata da nova Política Nacional da Educação Especial. Entende-se que esse Decreto ameaça a educação na perspectiva inclusiva, pois reforça a segregação das pessoas com NEEs em escolas especializadas. Na concepção de Mantoan (2003), a escola regular é o ambiente mais adequado para o relacionamento entre estudantes com e sem deficiência, a quebra de ações discriminatórias, interações que possam beneficiar o desenvolvimento nos aspectos cognitivo, social, motor e afetivo dos discentes.

Como reforça a entrevistada, a educação é um direito, portanto, é necessário avançar no sentido de garantir a convivência entre todos. Jasmim relatou: “Eu tenho ótimas perspectivas haja vista o quanto o setor tem evoluído. Tem evoluído por quê? Porque nós temos gestores que são sensíveis à causa [...]” Essa fala chama a atenção, pois:

A gestão também é uma das mediações importantes para entender a Educação Especial no contexto dos IFs. A organização das práticas de atendimento pedagógico e a estruturação dos núcleos de acessibilidade previstos no decreto nº 7.611/2011 está a depender das gestões locais em cada instituto, ou seja, diferentes movimentos estão se configurando dentro da rede federal a partir da “vontade” e do “investimento” dos que atuam na administração das instituições. (MENDES, 2017, p. 124).

O relato do entrevistado mostra a importância do papel dos gestores para efetivação das ações inclusivas. Violeta comentou que sua perspectiva é que “[...] a educação inclusiva dê um salto e que as pessoas possam conhecer e contribuir pra essa educação, e que os estudantes possam desenvolver, se formar [...] que consigam obter êxito e sair da Instituição formados com uma formação de qualidade.”

Açucena ressaltou que sua perspectiva é que consigam acolher e atender a contento todos os estudantes com NEEs, e ainda reforçou: “[...] a gente não tinha uma cadeira de rodas, não tinha mesas específicas, cadeiras específicas e hoje eu posso dizer que o *campus* está bem estruturado em termos de atendimento. Ainda falta, pois a gente só tem uma única professora de educação inclusiva [...]”

Percebemos que a perspectiva é ofertar o melhor para os estudantes. E, como se observa nos relatos acima, para que a educação inclusiva seja efetivada, são necessárias

---

<sup>3</sup> Em dezembro de 2020 o Supremo Tribunal Federal (STF), *vide* Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.590, requerida pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) referendou a decisão liminar para suspender a eficácia do Decreto, sendo esta a última decisão disponível no Portal do STF (BRASIL, 2021).

associações entre diferentes atores humanos e atores não humanos. A cadeira de rodas e as mesas específicas, citadas por Açucena, fazem toda a diferença nesse processo. Portanto, acreditamos ser necessário pensar a educação inclusiva a partir de um conjunto heterogêneo de atores humanos e não humanos: pessoas, espaço físico, recursos materiais entre outros necessários à prática inclusiva.

### **4.3 Atores na formação da rede inclusiva dos NAPNEs dos *Campi* Macapá e Laranjal do Jari**

Na concepção da Teoria Ator-Rede, humanos e não humanos assumem lugar de importância na análise do social. Nesse sentido, instituições, pessoas, objetos, equipamentos, e as legislações, por exemplo, podem ser atores nas redes (LATOURE, 2012).

A partir do conceito de ator, tal como definido por Bruno Latour, apresentamos alguns atores (humanos e não humanos) presentes nos relatos dos entrevistados sobre os NAPNEs do Ifap *Campi* Macapá e Laranjal do Jari, os quais contribuíram de algum modo para a promoção da cultura inclusiva no Ifap.

O evento, o Programa TEC NEP, a equipe multidisciplinar, o projeto aprendendo com a diversidade, a equipe da CAE e os cursos de Libras, citados pelos entrevistados, podem ser vistos como atores-rede<sup>4</sup>, pois envolvem conexões entre diferentes atores.

Além dos atores-rede, também foram citados outros atores, entre eles: estudantes, professores, servidores, Portaria, Resolução, tradutor/intérprete de Libras, salas, cadeiras de rodas, cadeiras giratórias, mesas, armários, computadores, piso tátil, impressora Braille, impressora 3D, ábaco, reglete, plano de ação, elevador, banheiro adaptado.

Todos esses atores foram/são essenciais para implantação, organização e atuação dos NAPNEs nos referidos *campi*. A Portaria, por exemplo, pode ser vista com o ator não humano, uma vez que teve o papel de criar os NAPNEs. A Resolução como ator não humano que orienta/regulamenta o funcionamento dos Núcleos.

A professora Nazaré, citada por Petúnia, também foi um ator muito importante na formação da rede, pois foi gestora estadual da Ação TEC NEP no Instituto Federal do Amapá, conforme a Portaria n.º 29, publicada no Diário Oficial da União no dia 25 de fevereiro de 2010. E, como gestora, uma de suas incumbências era apoiar a criação dos NAPNEs. Ou seja, teve uma ação muito importante nesse processo.

---

<sup>4</sup> Segundo Latour, “[...] um ator-rede consiste naquilo que é induzido a agir por uma vasta rede, em forma de estrela, de mediadores que entram e saem. Suas múltiplas conexões lhe dão a existência [...]” (LATOURE, 2012, p. 312).

As cadeiras, mesas, computadores, armários, impressoras, reglete, ábaco, reforçam que os atores não humanos, por vezes tidos como meros recursos materiais, podem atuar como importantes agentes de transformação no processo de ensino e aprendizagem. Ao discutirem sobre a interação entre objeto manipulável e o estudante com deficiência visual, Borges *et al.* (2020, p.243) concluem que “Quando uma prática educativa faz uso de materiais didáticos adaptados, que por sua vez auxiliam no processo de construção do conhecimento, segundo a TAR esses objetos (não-humanos) se tornam atores que interagem com professor e estudante (humanos) em rede.”

Para compreender a ação de não humanos, temos o exemplo de Açucena, que mencionou casos de estudantes contemplados por meio da assistência estudantil com alguns objetos, como uma estudante com tetraplegia<sup>5</sup> que foi contemplada com um *tablet* e estudantes com baixa visão contemplados com óculos. Diante do comprometimento dos movimentos dos membros, estudantes com tetraplegia podem utilizar o *tablet* para acessar os conteúdos por meio do toque e os óculos podem auxiliar estudantes com baixa visão a enxergar melhor. Portanto, esses objetos podem atuar como mediadores no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes com NEEs, ou seja, também são atores nas redes.

Entendemos que o NAPNE é um ator-rede importante na promoção da inclusão. Contudo, vale ressaltar que não é papel exclusivamente do Núcleo, mas da instituição como um todo, visto que o Núcleo é uma rede inserida em outra mais abrangente, o Instituto Federal do Amapá. Sant’Ana (2005) ressalta que professores e demais funcionários precisam agir coletivamente para que a inclusão seja efetivada na escola. Convém lembrar que, na concepção TAR, as conexões sociais acontecem pela interação entre elementos heterogêneos (atores humanos e não humanos). Nesse sentido, compreendemos que ambos têm igual importância para efetivação da prática inclusiva, pois, conforme os entrevistados, algumas dificuldades foram encontradas devido à falta de recursos materiais e humanos.

---

<sup>5</sup> Lesão medular que acomete o movimento do tronco, membros superiores e inferiores (BRASIL, 2013).

## 5 PRODUTO EDUCACIONAL

Conforme o *Documento de Área - Ensino*, da CAPES, no mestrado profissional é necessário desenvolver um produto educacional que “[...] pode ser, por exemplo, uma sequência didática, um aplicativo computacional, um jogo, um vídeo, um conjunto de vídeo-aulas, um equipamento, uma exposição, entre outros [...]” (CAPES, 2019, p. 15).

Desse modo, elaboramos uma cartilha em formato digital (*Portable Document Format* – PDF) com o objetivo de colaborar com a inclusão e com a divulgação do trabalho desenvolvido pelos NAPNEs dos *Campi* Macapá e Laranjal do Jari do Ifap, contendo as seguintes informações: história da criação dos NAPNEs, organização, atividades desenvolvidas, público-alvo, dicas de convivência com a PcD, dicas de filmes, curiosidades e os contatos institucionais dos Núcleos (*e-mails*).

A cartilha foi produzida a partir dos dados das entrevistas, documentos institucionais e outros referenciais sobre educação especial e inclusão. Após a elaboração do material textual solicitamos a colaboração de servidores que integram ou integraram a equipe dos NAPNEs para realizarem uma avaliação prévia da cartilha.

A avaliação prévia e o *feedback* dos demais participantes da aplicação final foi inspirada nos eixos de análise para avaliação de materiais educativos, apresentados por Leite (2019), a saber: estética e organização; capítulos do material; estilo de escrita; conteúdo; propostas didáticas e criticidade apresentada no material educativo. Para tanto, elaborou-se um formulário no *google forms* com perguntas, nas quais deixamos um espaço para justificativa, caso o avaliador respondesse “não” ou “em parte”. Além disso, um espaço no final do formulário para poderem deixar suas contribuições (Apêndices D e E).

O Produto Educacional também foi apresentado à banca avaliadora para validação. Após os ajustes, a cartilha será depositada na Plataforma EDUCAPES, como parte integrante da presente dissertação.

Aos colaboradores dos NAPNEs foi encaminhada via *e-mail* e *WhatsApp* a cartilha em formato PDF e o link do formulário de avaliação prévia. Para a aplicação final pedimos apoio da Pró-reitoria de Extensão, Pesquisa, Pós-graduação e Inovação para envio da cartilha e do formulário de avaliação aos *Campi* Macapá e Laranjal do Jari. Também compartilhamos o material via *WhatsApp* com alguns servidores e estudantes, aos quais pedimos apoio para compartilharem com seus pares.

Participaram da avaliação prévia da cartilha seis colaboradores. De maneira geral, os resultados demonstram que a avaliação prévia do produto educacional foi positiva. Somente

um dos avaliadores respondeu “em parte” na pergunta 6, a qual questionava se a cartilha contemplava proposições em que as atitudes e os posicionamentos político e social sobre o tema educação inclusiva pode ser trabalhada. As sugestões deste e de outro avaliador foram relacionadas à complementação de conteúdos para aprofundamento de alguns conceitos. Também foi sugerido deixar a cartilha o mais acessível possível para leitores de tela.

Nesse sentido, incluímos os conceitos sobre acessibilidade, desenho universal, barreiras e AEE (conforme sugerido) e links para aprofundamento desses conceitos. A cartilha também foi encaminhada a uma servidora que faz uso de leitor de tela e a mesma confirmou que o material está acessível.

Na aplicação final participaram onze colaboradores, entre eles: um professor, dois estudantes e quatro técnicos administrativos em educação (TAE) do *Campus* Macapá; do *Campus* Laranjal do Jari, um TAE, dois estudantes e um professor, os quais, de modo geral, avaliaram positivamente a cartilha. Apenas um professor respondeu “em parte” na pergunta 9, porém não justificou. Alguns deixaram suas opiniões, a exemplo de um dos estudantes do *Campus* Laranjal do Jari que disse: “Achei muito interessante” e uma TAE do *Campus* Macapá: “Excelente conteúdo, abordou a temática de forma atrativa e dinâmica.”

Os quatro estudantes responderam que antes de ler a cartilha não conheciam o trabalho do NAPNE, e dois técnicos do *Campus* Macapá responderam conhecerem em parte. Portanto, a partir da teoria Ator-Rede, acreditamos que esse produto educacional pode ser um ator, visto que traz informações sobre os Núcleos e dicas que podem colaborar com a inclusão.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste estudo buscamos compreender sobre a implantação, organização e atuação dos NAPNEs do Ifap nos *Campi* Macapá e Laranjal do Jari.

A partir dos relatos percebemos alguns procedimentos para a implantação dos referidos NAPNEs (participação de servidores em evento para conhecerem o TEC NEP, a organização de um evento e a publicação de Portarias), assim como algumas dificuldades como a falta de espaço próprio, profissionais, materiais e de formação dos profissionais.

Notamos que algumas dificuldades do início da implantação dos Núcleos foram enfrentadas em ambos os *campi*, como a necessidade de profissionais e de formação. Tais questões podem fragilizar a formação de uma rede inclusiva. Logo, é necessária atenção contínua, com ações que possam fortalecer o trabalho já realizado pelos Núcleos.

Confirmamos que os Núcleos têm uma organização definida quanto a sua estrutura física, equipe, atividades e atribuições, as quais são regulamentadas pela Resolução n.º 21/2020/Consup/Ifap. Não obstante, notamos que a atual configuração dos Núcleos é resultado de um processo de associação/interação que vem ocorrendo ao longo dos anos entre diferentes atores (humanos e não humanos), haja vista que inicialmente não havia estrutura, equipe e recursos materiais. A partir dos relatos dos entrevistados, o estudo também permitiu concluir que os NAPNEs têm papel importante na formação dos discentes com NEEs, pois realizam diferentes atividades que visam disseminar a inclusão.

Com fundamento na Teoria Ator-Rede notamos nos relatos referências a atores (humanos e não humanos) que contribuíram para a implantação, organização e atuação dos NAPNEs. Essa teoria possibilitou um novo olhar sobre a formação das redes ao dar igual importância aos atores humanos e atores não humanos.

Ressaltamos que as discussões não se esgotam, uma vez que existem possibilidades de seguir outros atores como, por exemplo, os professores de educação especial e inclusiva, os estudantes com NEEs ingressos e egressos, e os objetos/recursos materiais e didáticos que medeiam o processo de ensino e aprendizagem dos discentes com NEEs no Ifap.

Desse modo, compreendemos que a inclusão é um processo que envolve a ação de atores heterogêneos que se associam e formam uma rede. Nesse caso, entende-se que o NAPNE é um ator-rede que conecta diferentes atores em busca da construção de uma cultura inclusiva. Concluímos, portanto, que as ações relativas à implantação, organização e atuação dos Núcleos não estão restritas aos atores humanos, mas a uma associação entre atores heterogêneos, os quais são igualmente importantes para formação de uma rede inclusiva.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BORGES, R. L. **Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas**: Obstáculos e superações no Instituto Federal Goiano. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)). IF Goiano, Morrinhos, Goiás, 2019. 164 f. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/594>. Acesso em: 18 mar. 2020.

BORGES, F. *et al.* O processo de interação entre actante humano x não humano no processo de ensino para aluno com deficiência visual, na teoria ator rede (TAR). **Perspectivas em Diálogo**, Naviraí, v. 7, n. 15, p. 239-250, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/10123>. Acesso em: 01 jun. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 16 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica. MEC/SEESP, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 21 out. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm). Acesso em: 21 out. 2019.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducoespecial.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Linha do tempo-Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica** [2009?]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/linha.pdf>. Acesso em 24 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm). Acesso em: 17 dez. 2019.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2020.

\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes de Atenção à Pessoa com Lesão Medular**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: [https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes\\_atencao\\_pessoa\\_lesao\\_medular.pdf](https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_atencao_pessoa_lesao_medular.pdf). Acesso em: 27 jul. 2021.

\_\_\_\_. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em 17 dez.2019.

\_\_\_\_. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2020.

\_\_\_\_. **Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6590**. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6036507>. Acesso em: 22 abr. 2021.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Documento de Área - Ensino**. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ENSINO.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2021.

FORTES, V. G. G. de F. **Formação continuada de professores do Ensino Médio Integrado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), na perspectiva da inclusão escolar de aluno com deficiência visual**. 2017. 327f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/24143>. Acesso em: 21 abr. 2021.

IFAP. **Encontro de Educação Inclusiva é aberto com ampla participação**. Ifap, 2011. Disponível em: [http://siteantigo.ifap.edu.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=340:encontro-de-educacao-inclusiva-e-aberto-com-ampla-participacao&catid=1:ultimas](http://siteantigo.ifap.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=340:encontro-de-educacao-inclusiva-e-aberto-com-ampla-participacao&catid=1:ultimas). Acesso em: 24 mar. 2021.

\_\_\_\_. **Organograma Ifap Campus Macapá**, 2020. Disponível em: <https://ifap.edu.br/index.php/quem-somos/organograma>. Acesso em: 28 mar. 2021.

\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)**, 2019-2023, Macapá. Disponível em: <https://ifap.edu.br/index.php/publicacoes/item/1615-resolucao-n-75-2018-consup>. Acesso em: 20 jun. 2020.

\_\_\_\_. **Resolução n.º 21/2020 Consup/Ifap de 11 de março de 2020**. Aprova a Reformulação do Regulamento dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais - NAPNE, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP. Disponível em: <https://www.ifap.edu.br/index.php/publicacoes/item/2845-resolucao-n-21-2020-consup>. Acesso em: 30 abr. 2020.



LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos da metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LATOURE, B. **Reagregando o Social**: uma introdução à Teoria Ator-Rede. São Paulo: Edusc, 2012.

LEITE, P. de S. C. Proposta de avaliação coletiva de materiais educativos em mestrados profissionais na área de ensino. **Campo Abierto**, v. 38, n. 2, p. 185-198, 2019. Disponível em: <https://relatec.unex.es/revistas/index.php/campoabierto/article/view/3516>. Acesso em: 22 set. 2020.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MARTINS, L. M. F. **Uma perspectiva sociotécnica para a governança de tecnologia da informação baseada na teoria Ator-Rede**. Coimbra, 2011, 320 f. Tese de doutoramento. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/20037>. Acesso em: 25 abr. 2020.

MENDES, K. A. M.O. **Educação Especial Inclusiva nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia Brasileiros**. 2017. 168 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=5614294](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5614294). Acesso em: 03 set. 2019.

NASCIMENTO, F. C.; FARIA, R. A questão da inclusão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a partir da Ação Tec Nep. In: NASCIMENTO, F. C.; FLORINDO, G. M. F.; SILVA, N. S. da. (orgs.). **Educação Profissional e Tecnológica inclusiva**: um caminho em construção. Brasília: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, p. 13-24, 2013.

NASCIMENTO, F. C.; FLORINDO, G. M. F.; SILVA, N. S. da (orgs.). **Educação Profissional e Tecnológica inclusiva**: um caminho em construção. Brasília: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2013.

OLIVEIRA, K. E. de J.; PORTO, C. de M. **Educação e teoria ator-rede**: fluxos heterogêneos e conexões híbridas, Ilhéus, Ba: Editus, 2016. Disponível em: [http://www.uesc.br/editora/livrosdigitais2017/educacao\\_teoria\\_ator\\_rede.pdf](http://www.uesc.br/editora/livrosdigitais2017/educacao_teoria_ator_rede.pdf). Acesso em: 23 jun. 2021.

PAVEZI, M.; MAINARDES, J. Análise das influências de documentos internacionais na legislação e políticas de educação especial no Brasil (1990-2015). **Interacções**, v. 14. n. 49, p. 153-172, 2018.

PEREIRA, M. A História da Pessoa com Deficiência. **Ciências Gerenciais em Foco**, v. 8, p. 82-96, 2017.

RAMOS, M. N. **História e política da educação profissional** [recurso eletrônico]. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

ROCHA, V. M. da. **A educação especial nos institutos federais: o que dizem os planos de desenvolvimento institucionais?**, 2016. 162 f. Dissertação. (Mestrado em Educação). UNIVILLE, Joinville, 2016. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=3606944](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3606944). Acesso em: 27 mar. 2020.

ROSA, V. F. da. **Políticas públicas educacionais, direitos sociais e democratização do acesso à escola: uma visão a partir da implantação da ação Tecnep na Rede Federal de Educação Tecnológica**, 2011. 137 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/104822>. Acesso em: 12 abr. 2021.

SANT’ANA, I. M. Educação inclusiva: concepções de professores e diretores. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 10, n. 2, pág. 227-234, agosto de 2005. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-73722005000200009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722005000200009&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 12 abr. 2021.

SASSAKI, R. K. Inclusão: o paradigma do século 21. Inclusão: **Revista Inclusão**, Brasília, p.19-23. out. 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2021.

\_\_\_\_\_. Causa, impedimento, deficiência e incapacidade, segundo a inclusão. **Revista Reação**, São Paulo, ano XV, n. 87, jul./ago., p. 14-16, 2012.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico** [livro eletrônico]. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim** [recurso eletrônico]. Trad. Daniel Bueno; revisão técnica Dirceu da Silva. Porto Alegre: Penso, 2016.

Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas do Instituto Federal do Amapá



Organização • Memórias • Inclusão

### **Autores**

Ana Claudia Figueiredo Martins Penha  
David Figueiredo de Almeida

### **Colaboradores**

Adriana Barbosa Ribeiro  
Elisângela Moraes Braulio  
Vera Lúcia Silva de Souza Nobre  
Adam Benedito do Carmo de Sousa  
Marianise Paranhos Pereira Nazário  
Maria de Nazaré Ramalho de Oliveira Amorim

### **Revisão de Texto**

Aldenise Borges dos Santos

### **Imagens e Ilustrações**

Recursos do canva.com e Pixabay.com



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-  
Não Comercial 4.0 Internacional.

# Apresentação

---

Caros leitores,

Esta cartilha é um produto educacional, parte integrante da pesquisa intitulada "**Implantação, organização e atuação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas do Instituto Federal do Amapá**", desenvolvida no Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal do Amapá - Ifap - *Campus* Santana.

Para construir esse produto, levamos em consideração os dados das entrevistas realizadas com coordenadores e ex-coordenadores dos Napnes dos *Campi* Macapá e Laranjal do Jari, assim como a colaboração de demais servidores que integram ou integraram a equipe dos Núcleos, os quais fizeram uma avaliação prévia e contribuíram com sugestões.

O objetivo desta cartilha é colaborar com a divulgação do trabalho realizado pelos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napnes) do Ifap - *Campi* Macapá e Laranjal do Jari, e contribuir com a inclusão. Nela, você encontrará informações sobre os Núcleos, assim como algumas dicas de convivência que podem ajudá-lo(a) no relacionamento com pessoas com deficiência (PcD), além de curiosidades, dicas de filmes e os contatos dos Núcleos.

Boa leitura!

# Sumário

---

<b>Napnes do Ifap</b> .....	4
Criação .....	5
Organização .....	6
Atividades .....	10
Memórias .....	12
<b>Como contribuir com a inclusão?</b> .....	13
Dicas de convivência com Pessoa com Deficiência .....	14
Curiosidades .....	17
Dicas de filmes .....	19
<b>Perguntas e respostas</b> .....	20
<b>Contatos dos Napnes</b> .....	21
<b>Referências</b> .....	22

# Napnes do Ifap

Imagem: grupo - pessoas - inclusão



Fonte: Gerd Altmann/Pixabay

# Criação

---

A criação dos Napnes foi resultante da política de inclusão denominada Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (TEC NEP), proposta por duas secretarias do Ministério da Educação: a extinta Secretaria de Educação Especial e Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, em meados do ano 2000.

Em 2010, após reformulação, passou a se chamar Ação TEC NEP. Esta ação teve como objetivo preparar a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para o acolhimento das pessoas com necessidades específicas em cursos de Formação Inicial e Continuada, Técnicos, Tecnológicos e de Pós-graduação, assim como possibilitar a sua permanência e saída exitosas para o mundo do trabalho (NASCIMENTO; FARIA, 2013).

No Instituto Federal do Amapá, as atividades de ensino iniciaram no segundo semestre do ano de 2010, com ofertas de cursos técnicos de nível médio na forma subsequente. No *Campus* Laranjal do Jari, os cursos ofertados foram: Técnico em Secretariado, Técnico em Informática e Técnico em Secretaria Escolar; e, no *Campus* Macapá, os cursos Técnico em Informática e Edificações (PDI IFAP, 2019).

Logo depois, em fevereiro de 2011, durante o primeiro Encontro de Educação Inclusiva, foram implantados por meio de Portarias dois Napnes: um no *Campus* Macapá (Portaria nº 114, de 17 de fevereiro) e outro no *Campus* Laranjal do Jari (Portaria nº 115, de 17 de fevereiro). Desde então, os Napnes vêm atuando para promover a educação inclusiva no âmbito do Ifap. Atualmente, além dos *Campi* Macapá e Laranjal do Jari, também foram implantados Napnes nos *Campi* Santana e Porto Grande e *Campus* Avançado Oiapoque.

Agora que você já conhece um pouco sobre a história de criação, que tal conhecer a organização e a atuação do Napne do Ifap?

Vamos lá?



A Resolução nº 21 CONSUP/IFAP, de 11 de março de 2020, aprova a Reformulação do Regulamento dos Napnes do Ifap nos seus respectivos *campi*. O Regulamento disciplina a organização, o funcionamento e atribuições dos Núcleos, conforme resumiremos a seguir:

- **Natureza**

O Napne é um núcleo de assessoramento, propositivo e consultivo. Na Reitoria, é vinculado à Pró-Reitoria de Extensão, com articulação das Pró-Reitorias de Ensino e Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação. Nos *campi*, está ligado diretamente à Direção-Geral, conectado com os demais setores.

- **Finalidades**

I. Desenvolver ações de implantação e implementação de Programas e Políticas de inclusão, conforme as demandas existentes em seus *campi* e região de abrangência;

II. Promover na instituição a cultura da educação para a inclusão, promovendo a quebra das barreiras atitudinais, educacionais e arquitetônicas;

III. Incentivar, mediar e facilitar os processos de inclusão educacional e profissionalizante de pessoas com necessidades educacionais específicas na instituição;

IV. Incentivar, participar e colaborar no desenvolvimento de parcerias com instituições que atuem com interesse na educação/atuação/inclusão no ensino básico, técnico e tecnológico para pessoas com necessidades educacionais específicas;

V. Participar do ensino, pesquisa e extensão nas questões relacionadas à inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas nos âmbitos estudantil e social;

VI. Promover a divulgação de informações e resultados de estudos sobre a temática, no âmbito interno e externo dos *campi*, articulando ações de inclusão em consonância com a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;

VII. Promover a cultura da educação para a convivência, aceitação e respeito à diversidade;

VIII. Integrar os diversos segmentos que compõem a comunidade, propiciando sensibilização de corresponsabilidade na construção da ação educativa de inclusão na Instituição;

IX. Garantir de acordo com a legislação vigente a prática democrática e a inclusão como diretriz da Instituição;

X. Promover formações e capacitações relacionadas à inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas.

- **Composição**

O NAPNE é composto por um(a) coordenador(a) e por uma equipe multidisciplinar, com docentes das áreas técnicas pedagógicas, assistência estudantil, saúde, profissionais externos, parceiros e demais profissionais, conforme especificado no art. 28, XI, da Lei nº 13.146/15, e no art. 10 da Resolução nº04, de 02 de outubro de 2009.

As comunidades interna e externa devem ser compostas da seguinte forma:

- a) Discentes colaboradores;
- b) Responsável legal de aluno atendido pelo Napne;
- c) Representantes das comunidades interna e externa, mediante convite realizado pela Direção- Geral.

- **Público-alvo**

**Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas**, definidas na Resolução nº 21/2020 Consup/Ifap, sendo todas aquelas contempladas pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, conforme Decreto nº 7.611/11, Decreto nº 5.626/2005 e suas alterações, Lei nº 12.764/12, Lei nº 13.146/15 e demais legislações vigentes, **cuja s necessidades se originem em função de deficiências, transtornos do desenvolvimento, altas habilidades**, assim como qualquer condição que gere dificuldade de sociabilidade ou interação social deste público.

Para conhecer a Resolução na íntegra, basta clicar [neste Link](#):





**Atenção!** Para esclarecer melhor, especificaremos, abaixo, o público-alvo descrito conforme as legislações citadas na Resolução nº 21/2020 Consup/Ifap.

- **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI, 2008)**

Público-alvo descrito na PNEEPEI: alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e outros que implicam em transtornos funcionais específicos (dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade, entre outros) (BRASIL, 2008).

- **Decreto nº 7.611/11:** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado (AEE) e dá outras providências.

Art. 1º, § 1º Para fins deste Decreto, considera-se público-alvo da educação especial as pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação.

**Saiba mais:** conforme esse Decreto, o AEE é compreendido como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos, organizados institucional e continuamente, prestados das seguintes formas:

I - complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais; ou

II - suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2011).

- **Decreto nº 5.626/2005 e suas alterações:** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz (BRASIL, 2005).

**Lei 12.764/12**: Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 1º, § 2º A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais (BRASIL, 2012).

**Lei nº 13. 146/15**: Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

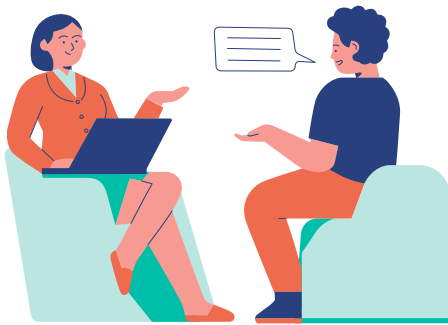
**Saiba mais:** Esta Lei também traz alguns conceitos importantes, veja alguns:

- **Acessibilidade:** possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

- **Desenho Universal:** concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva. Conheça também sobre Desenho Universal para Aprendizagem (DUA), basta [clicar neste link](#).

- **Barreiras:** qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em: urbanísticas, arquitetônicas, atitudinais, tecnológicas, nos transportes, nas comunicações e informações (BRASIL, 2015).

Os Napnes do Ifap são setores com múltiplas atribuições, portanto, realizam várias atividades. Veja a seguir algumas delas:

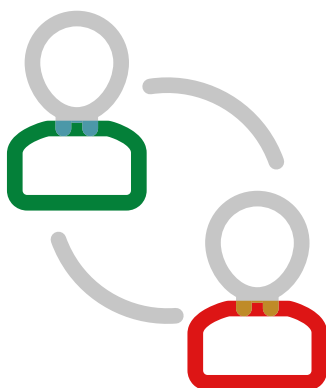


## Atendimento Educacional Especializado (AEE)

O AEE é realizado pelo (a) professor (a) de educação especial e inclusiva e acontece de acordo com as demandas dos discentes com necessidades educacionais específicas.

## Articulação com os demais setores

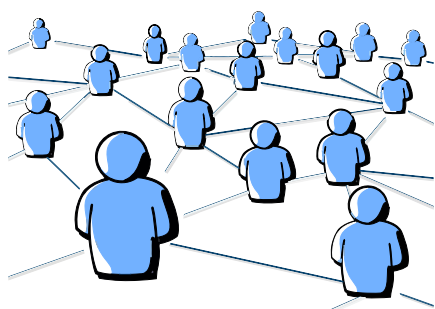
Na busca pela promoção da educação inclusiva, o Napne trabalha em parceria com os demais setores do *campus*.



## Assessoramento

O Napne também tem como atribuição o assessoramento aos dirigentes dos *campi* em questões relacionadas à inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas.

## Seminários - Fóruns



A fim de promover a educação inclusiva na educação profissional e tecnológica, os Napnes conectam pessoas por meio dos seminários e fóruns que realizam, a exemplo do I Seminário Inclusivo do Ifap - Campus Laranjal do Jari, que ocorreu em setembro de 2019.

O evento contou com diversas atividades, entre elas: apresentação cultural, palestras, mesa-redonda, minicursos de Libras básico, aspectos Legais da Educação Inclusiva, Autismo e oficinas de Braille.

## Encontro dos Napnes

O Encontro do Napnes é um evento que ocorre anualmente. Além de reunir as equipes multidisciplinares de todos os Napnes do Ifap para formação e discussão, também abre espaço para participação da comunidade nas palestras e demais atividades abertas ao público externo, a exemplo do Encontro dos Napnes do Ifap do ano de 2021, que teve como tema “Como garantir e ampliar as políticas de inclusão em tempos de pandemia”.



## Cursos



Os Napnes também ofertam cursos de Libras para comunidades interna e externa. A realização do curso já faz parte das atividades elencadas no Plano Anual das ações dos Núcleos.

# Memórias

Ao longo dos seus dez primeiros anos de atuação, os Napnes do Ifap - *Campus* Macapá e Laranjal do Jari realizaram várias atividades. Para conhecer algumas ações, leia as notícias disponíveis no site do Ifap, basta clicar nos links abaixo:



**[Campus Macapá certifica concluintes de curso de Libras](#)**

**[Ifap debate acessibilidade nos Campi](#)**

**[Curso de Libras é ofertado no Campus Laranjal do Jari](#)**

**[Napne do Campus Macapá comemora sete anos de existência](#)**

**[Primeiro Seminário de Inclusão do Ifap Campus Laranjal do Jari](#)**

**[Educação inclusiva para autistas foi tema do I Incluir](#)**

**[Ifap forma novos técnicos com educação de qualidade e inclusiva](#)**

**[Napne promove semana alusiva às pessoas com deficiência \(exposição “ver com as mãos”\)](#)**

**[Carnaval da Inclusão - Campus Macapá](#)**

Agora que você conhece um pouco sobre o Napne do Ifap, que tal saber como podemos contribuir com a inclusão das pessoas com deficiência? Vamos lá?

## Como contribuir com a inclusão?

---

Você sabe qual termo correto para se referir a alguém com deficiência? Sabe o que fazer para garantir um ambiente inclusivo? Como conviver com as pessoas com deficiência?



Importante esclarecer que a inclusão é “[...] uma prática social que se aplica no trabalho, na arquitetura, no lazer, na educação, na cultura, mas, principalmente, na atitude e no perceber das coisas, de si e do outrem” (CAMARGO, 2017, p.1).

Portanto, todos nós podemos contribuir com a disseminação de uma cultura inclusiva, adotando atitudes simples. No entanto, muitas pessoas não sabem como agir ou falar quando interagem com pessoas que têm alguma deficiência. Ainda existe falta de informação a respeito do tema.

Por isso, antes de conhecermos algumas dicas de convivência, é importante saber que:

Ao longo dos anos, os termos que definem a deficiência foram adequando-se à evolução da ciência e da sociedade. Atualmente, o termo correto a ser utilizado é: Pessoa com Deficiência, aprovado pela Convenção Internacional para Proteção e Promoção dos Direitos e Dignidade das Pessoas com Deficiência e pela Assembleia Geral da ONU, em 2006, e ratificada no Brasil em junho de 2008. (FRAGATA, 2015, p.11)

De acordo com o artigo 2º da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (13.146, de 06 de julho de 2015):

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015, não paginado)



Muito bem! Como já sabemos que o termo atualmente correto para se referir é pessoa com deficiência (PcD), a seguir apresentamos algumas dicas que podem eliminar dúvidas, inseguranças de convivência com a PcD, e demais barreiras atitudinais para que, assim, possamos contribuir com a inclusão de todos.



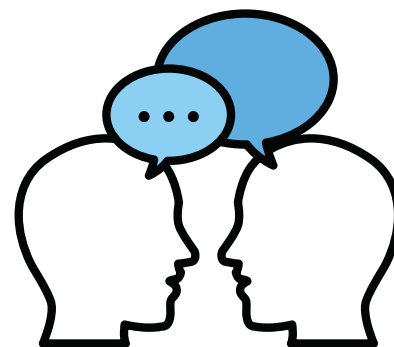
### Dicas gerais para convivência com PcD

- Trate as pessoas com deficiência sempre com respeito, dignidade e consideração;
- Aja naturalmente na interação com a PcD;

- Jamais use termos que não sejam gentis para se referir à PcD;
- Se notar que a PcD precisa de ajuda, prontifique-se e pergunte de que forma ela quer ser ajudada;
- Evite a superproteção. Ajude somente quando for necessário, ou se a PcD solicitar.

### Dicas de convivência com PcD Intelectual

- Ao orientá-la, use linguagem clara, simples e direta;
- Trate as pessoas com deficiência intelectual de acordo com sua idade. Se for criança, trate-a como criança, se for um adolescente, ou um adulto, trate-os como tais.





### Dicas de convivência com PcD auditiva/surda

- Ao conversar com uma pessoa surda, mantenha sempre contato visual, pois se você dispersar seu olhar, a pessoa pensará que a conversa já encerrou;
- Quando você quiser falar com uma pessoa surda, chame sua atenção, sinalizando ou tocando-lhe em seu braço;
- Não é necessário gritar. Fale com um tom de voz normal, a não ser que a pessoa peça para aumentar a voz;
- Para que você não atrapalhe a leitura labial, fale pausadamente e articuladamente, sem colocar objetos ou a mão na boca;
- Caso não saiba a Língua Brasileira de Sinais, você pode se comunicar com o surdo, utilizando a escrita, ou até mesmo gestos ou mímicas para indicar o que você deseja dizer.

### Dicas de convivência com PcD física

- Nunca se apoie na cadeira de rodas, pois ela é como uma extensão do corpo da pessoa com deficiência;
- Caso a pessoa use muletas, ou ande devagar, não tenha pressa. Acompanhe seu ritmo.



- Não tenha medo de usar as palavras “correr ou andar”. As pessoas com deficiência física também utilizam esses termos;
- Ficar olhando para cima por um longo período, pode causar incômodo, portanto, se a conversa for longa, é recomendável que você sente para que fique com o olhar no mesmo nível da pessoa que estiver na cadeira de rodas.

## Dicas de convivência com PcD visual/cegas



- Caso precise andar com uma pessoa cega, nunca a agarre pelo braço. Para guiá-la, ofereça seu antebraço para que ela segure e sempre a oriente quando houver obstáculos (meio-fio, degraus, buracos, etc);

- Quando se aproximar de uma pessoa cega, cumprimente-a, informando seu nome;
- Não deixe a pessoa cega falando sozinha, avise-a quando precisar se afastar;
- Você pode utilizar os termos como "cego", "ver" e "olhar". As pessoas cegas também costumam utilizar estes termos;
- Seja claro ao explicar direções (diga direita ou esquerda). Não use termos como "ali" ou "lá";
- Quando interagir com pessoas cegas, nunca faça brincadeiras do tipo "adivinha quem é";
- Ao ajudar pessoas cegas a se sentarem, direcione suas mãos para os braços ou encosto da cadeira;
- Se a pessoa é usuária de cão-guia, nunca o distraia ou brinque com ele, pois a segurança da pessoa cega pode depender do animal.



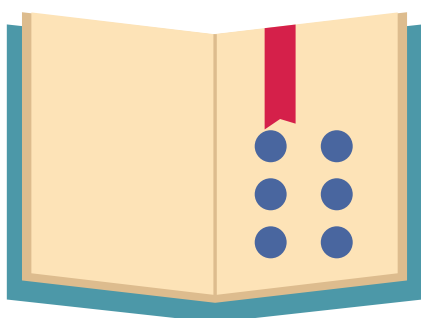
**Você encontra essas e outras dicas nos sites abaixo, basta clicar nos links!**

<http://www2.ifam.edu.br/pro-reitorias/extensao/proex/programas/napne-1/arquivos/dicas-de-como-lidar-com-a-pessoa-com-deficiencia-visual.pdf>

[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/pessoa\\_com\\_deficiencia/dicas.PDF](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/pessoa_com_deficiencia/dicas.PDF)

**Além das dicas, também trouxemos algumas curiosidades, confira!**

### Curiosidades sobre o Braille



Você sabia?

- O Braille foi criado por um jovem cego chamado Louis Braille. É um método de escrita e leitura tátil;
- O sistema Braille consiste na combinação de seis pontos que formam 63 caracteres em relevo;
- Os caracteres do sistema Braille podem ser percebidos com o toque do dedo indicador;
- As ferramentas utilizadas na escrita manual do Braille são a reglete e punção, que funcionam como caderno e caneta;
- A escrita manual do Braille deve ser feita da direita para a esquerda para garantir o relevo ao virar o papel;
- No dia 08 de abril, comemora-se o Dia Nacional do Braille.



Você sabia?

- A Libras tem origem na língua de sinais francesa. Foi trazida ao Brasil, em 1855, por Hernet Huet, que fundou a primeira escola para pessoas surdas do país, o Imperial Instituto de Surdos-Mudos (atual Instituto Nacional de Educação dos Surdos - Ines), localizado no Rio de Janeiro;

A Libras é oficialmente reconhecida pela Lei nº 10.436, de 2002, como língua brasileira;

- A Libras possui uma estrutura gramatical própria. Portanto, a organização das informações é diferente do português (por exemplo, na Libras, não existem tempos verbais ou artigos);

- É comum, em Libras, as pessoas ganharem um sinal, que é inspirado em seus traços físicos ou aspectos de sua personalidade;

- No dia 24 de abril, é comemorado o Dia Nacional de Libras;

- Se você fala Libras, você é bilíngue;

- Além dos cursos, você também pode aprender Libras gratuitamente. Existem aplicativos como o Hand Talk. Este aplicativo traduz, automaticamente, textos e áudios do português para Libras.

**Essas e outras curiosidades você encontra nos sites:**

[Ensino Digital](#) e [Vida mais livre](#)

## Dicas de filmes



A fim de contribuir com a construção de uma sociedade mais inclusiva, listamos abaixo algumas dicas de filmes que podem ser vistos por adultos e crianças. Todos estão disponíveis no *Youtube*, para assistir, basta clicar nos links.

**Sempre Amigos**: relata a história de parceria, dificuldades e amizade vivenciada por dois garotos: Kevin, garoto inteligente que por conta de uma doença degenerativa vive isolado do convívio social, e Max, um garoto de 13 anos com dificuldade de aprendizagem

e por conta disso sofre *bullying* dos colegas. Os dois se conhecem e começam uma amizade e juntos passam a enfrentar suas dificuldades e o preconceito à sua volta (JANIRO, 2016).



**Cordas**: inspirado na vida do escritor e diretor Pedro Solís, a curta-metragem animada, narra a amizade entre Maria e Nicolás, um garotinho que tem paralisia cerebral. Com a ajuda de cordas, Maria recria jogos e brincadeiras e faz de tudo para que Nicolás se divirta (DIETRICH, 2014).

**Vermelho como o céu**: é um filme italiano que retrata a história real de Mirco Mencacci, um renomado editor de som da Itália, com deficiência visual. No longa, aos 10 anos de idade, Mirco sofre um acidente e perde a visão e é enviado para um internato que atende deficientes visuais. Neste internato, Mirco descobre um gravador e passa a criar histórias sonoras fascinantes (STAMATO, 2013).

# Perguntas e respostas

## 1- Quem pode ser atendido pelo Napne?

Estudantes do Ifap com necessidades específicas, conforme disposto na Resolução n.º 21/2020 Consup/Ifap: pessoas com deficiência, transtornos do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação.

## 2 - De que forma o Núcleo obtém os dados dos alunos que serão atendidos?

Os Napnes buscam identificar os alunos que serão atendidos ainda na etapa do processo seletivo, no ato da matrícula, de forma espontânea (pelo estudante ou família) ou por identificação (quando os servidores perceberem algum indício). Além disso, também são realizadas entrevistas com a equipe multidisciplinar e com a família.

## 3 - Quem realiza o atendimento/acompanhamento dos alunos com necessidades educacionais específicas (NEEs)?

O atendimento e acompanhamento dos estudantes com NEEs é realizado pelo (a) professor (a) de Educação Especial e Inclusiva, de acordo com a necessidade e demanda de cada um.

## 4 - De que forma o Napne trabalha com os professores de sala de aula regular?

O Napne trabalha em parceria com os docentes da sala de aula regular. As ações são voltadas à orientação, acompanhamento e oferta de cursos e eventos de formação continuada.

Para esclarecer outras dúvidas, você poderá entrar em contato com o Napne. Na página seguinte, disponibilizamos os contatos (*e-mails*) dos Núcleos em cada *campus* do Ifap.



## Contatos dos Napnes

**Setor de Inclusão e Diversidade (Reitoria):** setaid@ifap.edu.br

**Campus Laranjal do Jari:** napne.laranjal@ifap.edu.br

**Campus Macapá:** napne.macapa@ifap.edu.br

**Campus Porto Grande:** napne.porto@ifap.edu.br

**Campus Santana:** napne.santana@ifap.edu.br

**Campus Avançado Oiapoque:** napne.oiapoque@ifap.edu.br



## Referências

BRASIL. **Lei 13.146 de 06 de julho de 2015**. Institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei Brasileira de Inclusão. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 24 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei 12.764 de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm). Acesso em: 06 maio. 2020.

\_\_\_\_\_. **Decreto 7.611 de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm). Acesso em: 28 de ago. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. **Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm). Acesso em: 05 maio. 2020.

CAMARGO, E. P. de. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. **Ciênc. educ.**, Bauru, v. 23, n. 1, p. 1, mar. 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-73132017000100001&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132017000100001&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 25 ago. 2020.

**Conheça curiosidades sobre o sistema Braille**. Vida mais livre, 2017. Disponível em: [https://www.vidamaislivre.com.br/2017/04/07/curiosidades-sobre-sistema-braille/#:~:text=%E2%80%93%20o%20braille%20%C3%A9%20utilizado%20por,de%20indicador%20\(a%20polpa\)%3B](https://www.vidamaislivre.com.br/2017/04/07/curiosidades-sobre-sistema-braille/#:~:text=%E2%80%93%20o%20braille%20%C3%A9%20utilizado%20por,de%20indicador%20(a%20polpa)%3B). Acesso em: 22 de maio 2021.

DIETRICH, J. **Animação "Cordas" emociona ao relatar a amizade entre uma garota e um menino com paralisia cerebral**, 2014. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/animacao-cordas-emociona-ao-relatar-amizade-entre-uma-garota-um-menino-paralisia-cerebral/>. Acesso em: 06 dez. 2020.

FRAGATA, C. A. B. **Dicas de como Conviver com a Pessoa com Deficiência Visual**, Editor: Dalmir Pacheco de Souza. Manaus - AM, 2015. Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/pro-reitorias/extensao/proex/programas/napne-1/arquivos/dicas-de-como-lidar-com-a-pessoa-com-deficiencia-visual.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ (IFAP). **Resolução nº 21/2020 Consup/Ifap de 11 de março de 2020**. Aprova a Reformulação do Regulamento dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais - NAPNE, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP. Disponível em: <https://www.ifap.edu.br/index.php/publicacoes/item/2845-resolucao-n-21-2020-consup>. Acesso em: 30 de abr. 2020.

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)**, 2019-2023, Macapá. Disponível em: <https://ifap.edu.br/index.php/publicacoes/item/1615-resolucao-n-75-2018-consup>. Acesso em: 20 jun.2020.

JANIRO, A.C. **Dica de filme "Sempre amigos"**, 2016. Disponível em: <https://psicologiaacessivel.net/2016/09/01/dica-de-filme-sempre-amigos/>. Acesso em: 05 dez. 2020.

MATTJIE, N. U. **22 curiosidades da Libras que você não conhece!** Ensino Digital, 2020. Disponível em: <https://ensino.digital/blog/22-curiosidades-da-libras-que-voce-nao-conhece>. Acesso em: 22 de maio. 2021.

NASCIMENTO, F.C; FARIA. R.. A questão da inclusão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a partir da Ação Tec Nep. In: NASCIMENTO, F.C; FLORINDO, G. M.F; SILVA, N.S da. (orgs.) **Educação Profissional e Tecnológica inclusiva: um caminho em construção**. Brasília: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2013. p. 13-24.

RIBEIRO, G. R. de P. S.; AMATO, C. A. de la H. Análise da utilização do desenho universal para aprendizagem. **Cad. Pós-Grad. Distúrb. Desenvolv.**, São Paulo , v. 18, n. 2, p. 125-151, dez. 2018 . Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-03072018000200008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-03072018000200008&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 21 jul. 2021.

SÃO PAULO, Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida de. **Dicas de Relacionamento com as Pessoas com Deficiência**. [s.d] Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/pessoa\\_com\\_deficiencia/dicas.PDF](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/pessoa_com_deficiencia/dicas.PDF). Acesso em: 25 ago. 20.

STAMATO, A. **Resenha do filme "Vermelho como céu"**, 2013. Disponível em: <https://matavunesp.wordpress.com/2013/11/24/resenha-do-filme-vermelho-como-o-ceu-por-ana-stamato/>. Acesso em: 05 dez.2020.



## APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar da Pesquisa intitulada: **Organização e memórias do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) – Ifap Campi Macapá e Laranjal do Jari**, que tem como pesquisadora responsável Ana Cláudia Figueiredo Martins Penha, aluna do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT Ifap *campus* Santana e como orientador o Professor Dr. Haroldo da Silva Ripardo Filho. O objetivo do estudo é investigar como ocorreu o processo de implantação, como é a organização e atuação dos NAPNEs dos *Campi* Macapá e Laranjal do Jari e como os núcleos têm contribuído para formação dos discentes com necessidades educacionais específicas. O estudo atenderá as considerações éticas dispostas na **resolução 466 de 12 de dezembro de 2012** do Conselho Nacional de Saúde. Sua participação será voluntária e consistirá em responder uma entrevista semiestruturada acerca do tema de estudo que será gravada. Portanto, não haverá despesas pessoais ou gratificação financeira decorrente da participação. Desse modo, sua participação será importante e ajudará (mas não será, necessariamente, para seu benefício direto) a compreender o objeto de investigação. Logo, esta pesquisa poderá contribuir para a acessibilidade por meio de informações mais detalhadas sobre os NAPNEs dos *Campi* Macapá e Laranjal do Jari, como forma de acesso, organização, atividades, assim como mostrar a concepção dos alunos atendidos, pois a divulgação dos resultados resultará em publicação científica e produto educacional que poderão promover a reflexão e mudanças de atitude frente à importância da inclusão. Informo que a participação em entrevista pode causar constrangimento ou incômodo, uma vez que estará expondo informações que podem remeter à memória situações que não se sinta a vontade para responder. Pretende-se minimizar esse risco garantido a você liberdade para não responder questões que possam ser constrangedoras, bem como garantia de local reservado e o sigilo dos seus dados pessoais. Caso se sinta constrangido (a), é garantida a total liberdade para se recusar participar ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem penalidade alguma. Nesse sentido, haverá pouca ou nenhuma possibilidade de riscos ou danos à dimensão física, psíquica e econômica do entrevistado. O (A) senhor (a) tem direito a busca por indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa. As informações decorrentes desta pesquisa serão tratadas de forma sigilosa. A sua identidade será resguardada e só serão divulgadas informações relacionadas a pseudônimos ou nomes fictícios. Caso surjam dúvidas ou queira comentar algum aspecto relacionado à pesquisa, poderá entrar em contato com a pesquisadora, através do telefone: 96-99111-5385 ou pelo e-mail [claudiapedag777@gmail.com](mailto:claudiapedag777@gmail.com), endereço residencial: alameda nona, Loteamento Jardim Caranã, Bairro Boné Azul, s/n, CEP. 68909-521. Ou, se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (CEP IEPA), localizado na Av: Feliciano Coelho, 1509, Bairro do Trem. CEP: 68.908-220, através do telefone: (96) 3212-5342 ou pelo e-mail: [cep.iepa@iepa.ap.gov.br](mailto:cep.iepa@iepa.ap.gov.br).

Após receber os esclarecimentos, se você consentir na sua participação neste estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra ficará comigo.

#### Consentimento Pós-informação

Declaro através desse termo que concordei em ser entrevistado para participar da pesquisa Organização e memórias do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) – Ifap *Campi* Macapá e Laranjal do Jari. Firmo que aceitei participar por livre e espontânea vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com finalidade exclusiva de colaborar para a pesquisa. Tendo compreendido tudo o que me foi informado sobre a minha participação na pesquisa em tela e estando consciente dos meus direitos e das minhas responsabilidades, compreendo a importância da minha participação para a realização dessa pesquisa, EU \_\_\_\_\_, RG ou CPF \_\_\_\_\_ dou o meu consentimento para participação, gravação e divulgação dos dados resultantes da pesquisa.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do entrevistado (a)

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador (a)

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Orientador do Projeto de Pesquisa (a)

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

## APÊNDICE C - Roteiro de Entrevista Coordenador/a do NAPNE

### Identificação do entrevistado/a

Data, local, nome informante (opcional), idade (opcional), cargo/função, tempo de trabalho no Ifap, tempo como coordenador do NAPNE.

### Formação e experiência

1. Comente como foi a sua trajetória formativa (formação em quais áreas, em quais instituições, tempo de formação, pós-graduação).
2. Você já teve outras experiências na área da educação especial e inclusiva? Em caso afirmativo, qual (is)?
3. O que achou/tem achado da sua experiência como coordenador (a) do NAPNE?

### Estímulo a memórias

4. Você saberia informar quando foi implantado o NAPNE no *campus* (Macapá ou Laranjal do Jari)? Como ocorreu esse processo? Quais foram as etapas e os procedimentos para essa implantação?
5. Saberia informar se houve dificuldades para implantação do NAPNE? Caso sim, Qual (is)?
6. Você saberia informar quando o Ifap *campus* (Macapá ou Laranjal do Jari) começou a receber os primeiros alunos com deficiência/necessidades educacionais específicas? Já existia a estrutura do NAPNE ou outro tipo de assistência para atender esses alunos?
7. Quando o NAPNE começou a funcionar e realizar os primeiros atendimentos?
8. Você poderia relatar alguma ação, atividade, acontecimento ou experiência de prática inclusiva que ficaram marcados na sua memória e que fazem parte da história do NAPNE no Ifap?
9. Na sua gestão como coordenador (a), você encontra/encontrou dificuldades/obstáculos para garantir a inclusão das pessoas com necessidades educacionais específicas? Caso sim, Qual (is)?
10. Que perspectivas você tem para a educação inclusiva no Ifap?

### **Sobre a Organização do NAPNE**

11. Como é a organização do NAPNE: estrutura física, equipe e organização do trabalho pedagógico e administrativo do núcleo?
12. Qual o público-alvo atendido pelo NAPNE?
13. De que forma o NAPNE obtém os dados dos alunos que serão atendidos? Existe divulgação dos dados dos alunos com NEEs para os docentes da sala de aula regular?
14. Como é realizado o atendimento dos alunos com NEEs? Existe protocolo de atendimento padronizado para os atendimentos aos alunos com NEEs?
15. De que forma o NAPNE trabalha com os professores de sala de aula regular? Existe alguma dificuldade? Caso sim, qual (is)?
16. Quais são as atividades/ações que o NAPNE desenvolve para promoção da educação inclusiva no Ifap?
17. O NAPNE possui atividades ou eventos de caráter permanente? Caso sim, qual (is)?
18. Como você avalia a estrutura física do *campus* e do NAPNE? O que ainda falta? O que já atende às necessidades dos alunos com NEEs?
19. Em sua opinião, qual o papel do NAPNE para a formação dos alunos com NEEs no Ifap?

**APÊNDICE D - Avaliação prévia da Cartilha do Núcleo de Atendimento às  
Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) Ifap**

Prezados leitores e leitoras,

Sua opinião é muito importante para nós!

Agora que você conheceu o conteúdo da cartilha, pedimos sua contribuição para responder as perguntas abaixo.

Desde já, agradecemos pela colaboração!

**1. A cartilha apresenta texto atrativo e de fácil compreensão?**

Sim  Não  Em parte

Justifique, caso tenha respondido "não" ou "em parte", na pergunta anterior.

---

**2. Os assuntos abordados na cartilha são interligados e coerentes?**

Sim  Não  Em parte

Justifique, caso tenha respondido "não" ou "em parte", na pergunta anterior.

---

**3. O estilo de escrita do material é adequado?**

Sim  Não  Em parte

Justifique, caso tenha respondido "não" ou "em parte", na pergunta anterior.

---

**4. A forma como o conteúdo foi abordado é adequada?**

Sim  Não  Em parte

Justifique, caso tenha respondido "não" ou "em parte", na pergunta anterior.

---

**5. As atividades propostas na cartilha (leituras) estimulam a curiosidade e a aprendizagem do leitor?**

Sim  Não  Em parte

Justifique, caso tenha respondido "não" ou "em parte", na pergunta anterior.

---



**6. A cartilha contempla proposições em que as atitudes e o posicionamento político e social acerca do tema educação inclusiva podem ser trabalhados?**

Sim  Não  Em parte

Justifique, caso tenha respondido "não" ou "em parte", na pergunta anterior.

---

Registre aqui suas contribuições/críticas/sugestões

---

**APÊNDICE E - Avaliação da Cartilha do Núcleo de Atendimento às Pessoas com  
Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) Ifap**

Prezados leitores e leitoras,

Sua opinião é muito importante para nós!

Agora que você conheceu o conteúdo da cartilha, pedimos sua contribuição para responder as perguntas abaixo.

Desde já, agradecemos pela colaboração!

**1. Em qual *campus* do Ifap você trabalha ou estuda?**

Ifap *Campus* Laranjal do Jari

Ifap *Campus* Macapá

**2. Qual seu vínculo com o Ifap?**

Aluno

Professor EBTT

Colaborador terceirizado (serviços gerais, vigilante, outros)

Técnico Administrativo em Educação (TAE)

Outros

**3. Antes de ler a cartilha, você já conhecia o trabalho realizado pelo NAPNE?**

Sim  Não  Em parte

**4. A cartilha apresenta texto atrativo e de fácil compreensão?**

Sim  Não  Em parte

Justifique, caso tenha respondido "não" ou "em parte", na pergunta anterior.

---

**5. Os assuntos abordados na cartilha são interligados e coerentes?**

Sim  Não  Em parte

Justifique, caso tenha respondido "não" ou "em parte", na pergunta anterior.

---

**6. O estilo de escrita do material é adequado?**

Sim  Não  Em parte

Justifique, caso tenha respondido "não" ou "em parte", na pergunta anterior.

---

**7. A forma como o conteúdo foi abordado é adequada?**

Sim  Não  Em parte

Justifique, caso tenha respondido "não" ou "em parte", na pergunta anterior.

---

**8. As atividades propostas na cartilha (links, leituras) estimulam a curiosidade e a aprendizagem do leitor?**

Sim  Não  Em parte

Justifique, caso tenha respondido "não" ou "em parte", na pergunta anterior.

---

**9. A cartilha contempla proposições em que as atitudes e o posicionamento político e social acerca do tema educação inclusiva podem ser trabalhados?**

Sim  Não  Em parte

Justifique, caso tenha respondido "não" ou "em parte", na pergunta anterior.

---

Registre aqui sua opinião sobre a cartilha

---